

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FRANCINI MARTINS

**PERCEÇÃO DOS FORMANDOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
2007/2 DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E
PARTICULARES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS SOBRE
A GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**FLORIANÓPOLIS
2007**

FRANCINI MARTINS

**PERCEPÇÃO DOS FORMANDOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
2007/2 DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E
PARTICULARES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS SOBRE
A GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Dra. Valdirene Gasparetto

Co-orientadora: Professora M.Sc. Alessandra Vasconcelos Gallon

**FLORIANÓPOLIS
2007**

FRANCINI MARTINS

**PERCEPÇÃO DOS FORMANDOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
2007/2 DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E
PARTICULARES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS SOBRE
A GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de....., atribuída pela banca constituída pela orientadora e membros abaixo relacionados.

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Prof^ª. Elisete Dahmer Pfitfcher

Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Profa. Dra. Valdirene Gasparetto (orientadora)
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Profa. M.Sc. Alessandra Vasconcelos Gallon
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Guilherme Júlio da Silva
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de render graças ao autor da vida, Deus. Gratidão devo a Ele por minha saúde, educação, família e amigos. Obrigada por cada conquista e cada derrota, pois em tudo há o aprendizado.

Agradeço a meus pais, Vilson e Zilma, pela dedicação a fim de me proporcionar o necessário para meu conforto, bem como serem exemplo de boa índole.

Obrigada minhas amigas pelas sempre agradáveis parcerias nos estudos: Gisela, Luciana, Mariana Moreira, Silvana e Tamara. E ao amigo Gabriel pela companhia nos almoços no Restaurante Universitário – RU.

Dedico sincero agradecimento às auxiliares diretas na realização desta pesquisa. À professora Valdirene por sua orientação e bons conselhos e à professora Alessandra por sua co-orientação e devida ajuda. E, também a todos os professores desta universidade pelo conhecimento transmitido.

Destaco por fim, e não menos importante, os amigos que esta universidade me concedeu por meio da música. Obrigada Coral da UFSC pelas risadas, carinho e apoio nos momentos difíceis.

*Há quem diga que todas as noites são de sonhos.
Mas há também quem garanta que nem todas,
só as de verão. No fundo, isso não tem importância.
O que interessa mesmo não é a noite em si,
são os sonhos. Sonhos que o homem
sonha sempre, em todos os lugares, em todas
as épocas do ano, dormindo ou acordado.*

William Shakespeare

RESUMO

MARTINS, Francini. **Percepção dos formandos de Ciências Contábeis 2007/2 das universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis sobre a governança corporativa**. 2007. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Orientadora: Valdirene Gasparetto, Dra.

Co-orientadora: Alessandra Vasconcelos Gallon, M. Sc.

Defesa: 29/11/2007

A governança corporativa é um sistema que tem possibilitado às sociedades que o aderem aumentar o seu valor, facilitando o acesso ao capital e colaborando para sua perenidade. Com base nisto, o trabalho objetiva mostrar a percepção dos formandos de Ciências Contábeis 2007/2 das universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis sobre a governança corporativa. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo levantamento ou *survey*, em que se buscou, a partir da avaliação do nível de conhecimento sobre a governança corporativa e sua relevância, estabelecer relações entre os alunos pesquisados na UFSC, Unisul e Univali, no número de 52, 12 e 21 acadêmicos, respectivamente. Por meio destes 85 estudantes, analisou-se que boa parte deles já ouviu falar da governança corporativa, no entanto, a maioria conhece o assunto de forma superficial. Dos que realmente entendem do que se trata, grande parte considera o tema importante para a Contabilidade e acredita que sua aderência pelas empresas traz muitas vantagens, agregando maior valor e elevando a transparência. Além disso, constatou-se que os alunos do ensino universitário público mencionaram maior quantidade de disciplinas que tenham abordado a governança corporativa em relação aos pesquisados nas universidades privadas. Com esta pesquisa compreendeu-se que, tanto a governança corporativa como qualquer outro tema atual que esteja ligado à Contabilidade, deve ser abordado em sala de aula a fim de servir como apoio aos futuros profissionais.

Palavras-chave: Governança Corporativa; Formandos 2007/2; Contabilidade.

LISTA DE SIGLAS

AOB – *Accounting Oversight Board*

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CALPERS – *California Public Employees Retirement System*

CEO – *Chief Executive Officers*

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFPs – Demonstrações Financeiras Padronizadas

IANs – Informações Anuais

IBCA – Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

ITRs – Informações Trimestrais

NACD – *National Association of Corporate Directors*

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

SEC – *Security and Exchange Commission*

TIR – Taxa Interna de Retorno

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina

Univali – Universidade do Vale do Itajaí

US GAAP – *United States Generally Accepted Accounting Principles*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Percentual dos estudantes que já ouviram ou não falar algo sobre a governança corporativa.....	43
Figura 2: Conhecimento da governança corporativa por meio de alguma disciplina do curso de graduação em Ciências Contábeis.....	43
Figura 3: Verificação entre os formandos 2007/2 da UFSC, Unisul e Univali se estes acreditam que aderir a governança corporativa traz vantagens para as empresas.....	49
Figura 4: Verificação entre os formandos 2007/2 da UFSC, Unisul e Univali se estes acreditam que aderir a governança corporativa traz desvantagens para as empresas.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais regras e práticas para adesão ao novo mercado.....	33
Quadro 2: Alguns aspectos do manual de governança dos investimentos Petros.....	35
Quadro 3: Termos mais aludidos pelos pesquisados para justificar os benefícios proporcionados com a governança corporativa.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Idade dos alunos pesquisados.....	42
Tabela 2: Disciplinas citadas pelos pesquisados na UFSC que falaram da governança corporativa e quantidade de alusões para cada uma.....	44
Tabela 3: Disciplinas citadas pelos pesquisados na Unisul que falaram da governança corporativa e quantidade de alusões para cada uma.....	45
Tabela 4: Disciplinas citadas pelos pesquisados na Univali que falaram da governança corporativa e quantidade de alusões para cada uma.....	45
Tabela 5: Verificação pelos alunos do que não corresponde ao termo “Governança Corporativa”.....	46
Tabela 6: Avaliação do conhecimento, por parte dos formandos 2007/2 da UFSC, Unisul e Univali, sobre os três níveis diferenciados de governança corporativa implantados pela Bovespa em 2001.....	47
Tabela 7: Identificação do conhecimento sobre os princípios de governança corporativa pelos pesquisados.....	48
Tabela 8: Grau de importância atribuída à governança corporativa para a Contabilidade segundo a visão dos pesquisados.....	52
Tabela 9: Comparação entre a universidade pública – UFSC – e as universidades particulares – Unisul e Univali avaliando se os pesquisados conhecem ou já ouviram falar algo sobre a Governança Corporativa.....	54
Tabela 10: Conhecimento pelos pesquisados na universidade pública e nas particulares acerca da governança corporativa por meio de alguma(s) disciplina(s) no seu curso de graduação em ciências contábeis.....	54
Tabela 11: Comparação entre os formandos 2007/2 do curso de graduação em ciências contábeis da universidade pública – UFSC – e as universidades particulares – Unisul e Univali quanto ao grau de importância atribuída à Governança Corporativa para a Contabilidade.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA E PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 METODOLOGIA	14
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	16
1.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	17
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	18
2.2 ORIGEM DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	19
2.3 SURGIMENTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL	21
2.4 A GOVERNANÇA CORPORATIVA POSTA À PROVA	22
2.5 CARTILHAS DE MELHORES PRÁTICAS	25
2.5.1 Código das melhores práticas do IBGC	25
2.5.3 Níveis diferenciados de governança corporativa segundo a Bovespa	30
2.5.4 Manual de governança dos investimentos Petros	33
2.6 PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	36
2.6.1 Transparência	36
2.6.2 Equidade	36
2.6.3 Prestação de contas	37
2.6.4 Responsabilidade corporativa	37
2.7 A CONTABILIDADE E A GOVERNANÇA CORPORATIVA	38
2.8 RESULTADOS JÁ ALCANÇADOS	39
2.9 AS CRÍTICAS	40
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	42
3.1 PERFIL DOS PESQUISADOS	42
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PESQUISADOS	43
3.3 VERIFICAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA A CONTABILIDADE CONFORME A VISÃO DOS PESQUISADOS	52
3.4 COMPARAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA PESQUISADA – UFSC – E AS DUAS PARTICULARES – UNISUL E UNIVALI – SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	53
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	56
4.1 CONCLUSÕES	56
4.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	62

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo contempla o tema, o problema e os objetivos da pesquisa. Também apresenta a justificativa do assunto escolhido e a metodologia empregada para dar condições de desenvolver este estudo. E, por último, expõe a organização e as limitações deste trabalho.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Nos últimos anos, tem se acompanhado, especialmente no Brasil, a abertura de várias empresas que em pouco tempo de atividade têm suas portas fechadas por estarem muito endividadas. Culpam-se os proprietários, os acionistas, os administradores, os gestores, os colaboradores e, principalmente, o mercado. Pode ser que a causa seja de qualquer um destes. Mas, na maioria das vezes, o erro é coletivo. Falta formação e informação às pessoas envolvidas com a empresa, bem como uma assessoria capacitada àqueles que detêm maior poder na mesma.

É cada vez mais importante uma gestão de qualidade. A idéia de organizações com um único administrador e essencialmente familiares cede espaço a sociedades com sistemas de gerência em que o controle é compartilhado. Busca-se a satisfação não apenas de investidores, analistas e acionistas, mas também de outras partes relacionadas – *stakeholders* –, tais como clientes, funcionários, fornecedores, governo, órgãos reguladores e outros. E, atualmente, como auxílio a essas exigências do mercado, a implantação de práticas de governança corporativa vêm trazendo muitos resultados positivos a várias empresas (SIMÕES, 2003).

A governança corporativa trata das estruturas e processos para melhor gerir e controlar as instituições. Quando bem praticada colabora no desenvolvimento sustentável, aperfeiçoando o desempenho das empresas e possibilitando uma maior agregação de valor (LAMEIRA, 2001). A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE (2004, p. 11) –, ressalta que a governança corporativa é “uma componente crucial na melhoria da eficiência e do crescimento econômico, bem como no reforço da confiança do investidor.”

Vista a influência que a adesão de métodos para qualificar a gestão traz às organizações, o profissional da área contábil tem de estar a par das tendências e imposições do mundo dos negócios, afinal, o contador vem assumindo o papel de um consultor confiável,

além de dispor, também, da competência exigida para bem administrar um empreendimento próprio.

Uma questão substancial é destacada por McManus e Clark (2003, p. 1) que afirmam:

a rapidez com que muitos dos mercados desenvolvidos estão adotando as normas internacionais indica claramente que dentro em breve essa será a única linguagem contábil existente. Com efeito, até 2005 cerca de 90 países deverão ter suas empresas divulgando informações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Nesse contexto, as empresas brasileiras têm diante de si uma oportunidade única de demonstrar a seriedade do seu compromisso com a prática de princípios de governança corporativa de alta qualidade através da adoção dessa linguagem universal.

É notável que o conhecimento deve ser cada vez mais ampliado, alcançando níveis internacionais. Saber as normas nacionais e estratégias de empresas brasileiras, num mercado tão globalizado, é pouco. Administrar momentos de crise financeira e recuperações judiciais, cuidando de toda a papelada exigida e do cumprimento à legislação, como tem sido a maior parte das atividades dos contadores brasileiros, não basta. E a governança corporativa vem para tentar harmonizar e padronizar o mercado, contribuindo na competitividade e perenidade das organizações (IBGC, 2005).

O futuro contador que estiver atento às tendências atuais terá um futuro bastante promissor, como enfatiza Simões (2003). O ideal é que os profissionais da área contábil auxiliem para que as empresas sejam governadas e não gerenciadas, como ressaltam Pound et al. (2001). Os autores afirmam que:

a evolução de empresa gerenciada para empresa governada será lenta e não atingirá todas as organizações. A transformação talvez leve alguns anos, sobretudo em empresas dirigidas por pessoas que há décadas atuam sob a velha filosofia. Em verdade, alguns executivos se opõem ativamente à nova maneira de encarar os conselhos de administração, os gerentes e os acionistas (POUND et al., 2001, p. 99).

Pound et al. (2001) salientam que o modelo de empresa gerenciada que vigorou e ainda se faz bastante presente, em especial no Brasil, no atual ambiente de negócios não faz mais sentido. Claro que ele proporcionou a ascensão de grandes companhias abertas e a dispersão dos acionistas, mas, por outro lado, ocasionou a quebra de outras companhias. Ainda com base em Pound et al. (2001, p. 84) observa-se que:

a maioria dos gerentes não tem excesso de poder, e boa parte dos casos de fracasso de empresas não decorre de desequilíbrios de poder. Em vez disso, os fiascos geralmente resultam de algumas decisões gerenciais bem-intencionadas, mas falhas, que não são questionadas de maneira eficiente e eficaz. As histórias de fracasso se iniciam com erros sutis no processo decisório – na maneira como os conselhos de administração e os gerentes tomam decisões e monitoram o progresso da empresa.

Diante do exposto até o momento, neste trabalho se avalia o conhecimento dos alunos universitários da última fase de graduação em Ciências Contábeis da Grande Florianópolis a

respeito da governança corporativa, um assunto atual e importante para o futuro contador. Adicionalmente, procura-se examinar se há diferença perceptível entre os estudantes do ensino universitário público e o particular quanto ao conhecimento do tema.

Neste contexto, se elabora a seguinte questão problema para este trabalho:

Qual a percepção dos alunos de Ciências Contábeis, da última fase do curso de graduação das universidades públicas e particulares na região da Grande Florianópolis, sobre a governança corporativa?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho consiste em identificar, entre os formandos de Ciências Contábeis 2007/2 das universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis, a percepção destes sobre a governança corporativa.

Com o propósito de se alcançar esse objetivo geral, propõe-se nessa pesquisa a enumeração de objetivos específicos para melhor detalhamento do assunto:

- contextualizar aspectos gerais sobre a governança corporativa disponíveis na literatura, bem como apresentar seus princípios e importância;
- expor os níveis de governança da Bovespa e os requisitos para a adesão das empresas em cada um deles;
- identificar as universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis, e caracterizar seus alunos da última fase do curso de Ciências Contábeis;
- verificar o nível de informação e a importância que os estudantes prestes a obter grau de Bacharel em Ciências Contábeis das universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis atribuem ao tema governança corporativa;
- analisar a relação existente entre a governança corporativa e a Contabilidade, na percepção dos alunos;
- comparar o conhecimento sobre a governança entre os estudantes de Ciências Contábeis da última fase do curso de graduação nas universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com o intenso processo de globalização na economia mundial, as empresas passaram a buscar se estruturar de modo diferenciado. Através de parcerias estratégicas, procuram maior eficiência e competitividade, a fim de se manter e explorar novos mercados. E, para isso, a prestação de contas, a equidade, a transparência e a responsabilidade corporativa se mostram primordiais, sendo estes os princípios que regem a governança corporativa.

Andrade e Rossetti (2004) vêem a segregação entre a propriedade e a administração como fator desencadeador de três conjuntos de problemas que, segundo os autores, podem ser apontados como razões do despertar da governança corporativa. São eles:

1. relacionamento entre acionistas e corporações;
2. constituição dos conselhos de administração;
3. atuação da diretoria executiva.

Com a prática da governança corporativa se pretende obter uma gerência mais atenta aos negócios da companhia e preocupada com a prestação de contas. E, sendo uma das funções básicas do contador produzir informações úteis aos seus usuários para a tomada de decisões, há uma relação muito evidente entre a Contabilidade e a Governança Corporativa.

Hendriksen e Van Breda (1999) defendem que há uma necessidade de dados para possibilitar uma alocação ótima de recursos e também permitir que os investidores mantenham suas carteiras de títulos alinhadas às preferências de risco e retorno, levando-se em consideração os preços, pois a informação contábil é uma das formas de reduzir a incerteza, visto que os contadores possuem papel importante na divisão de riscos entre gestores e proprietários.

Franco (1997) enfatiza que o envolvimento da contabilidade com seu objeto, o patrimônio, engloba fenômenos, seu registro, classificação, demonstração, auditoria, análise, comparação e interpretação, no sustentáculo da gestão organizacional. Para tanto, os profissionais não têm medido empenho a fim de aperfeiçoar procedimentos para fornecer referências transparentes, precisas e úteis, de modo a viabilizar um uso seguro das informações pelos gestores e demais interessados.

Para os futuros contadores, conhecer a governança corporativa é bastante importante, visto que o profissional contábil a cada dia vem se destacando no mundo empresarial. Assim, para todos os contadores, e em especial aos do ramo gerencial, a busca pela implantação de uma boa governança corporativa tende a proporcionar crescimento às empresas (LAMEIRA, 2001).

O bom profissional não se limita aos conhecimentos que obteve para sua graduação ou com sua experiência prática. É preciso estar atento às mudanças. É necessário ler, estudar, se atualizar, buscar desempenhar sua atividade com qualidade. E o incentivo para que exista este tipo de profissional deve surgir no ensino da contabilidade.

Portanto, mostra-se importante realizar uma pesquisa nas universidades da Grande Florianópolis que ofereçam a graduação para bacharéis em Ciências Contábeis visando saber, entre os estudantes da última fase do curso, o conhecimento e o valor que atribuem à governança corporativa e sua relação com a Contabilidade e, conseqüentemente, estabelecer uma comparação entre o ensino universitário público e o particular acerca da exposição de assuntos atuais e bastante relevantes à Contabilidade, no caso, a governança corporativa.

1.4 METODOLOGIA

Segundo Fachin (1993, p. 27), “o ser humano, diante da necessidade de compreender e dominar o meio, ou o mundo, em benefício próprio e da sociedade da qual faz parte, acumula conhecimentos racionais sobre seu próprio meio e sobre as ações capazes de transformá-lo”. Uma forma de produzir e organizar esses conhecimentos é através da pesquisa. Esta, conforme Cervo e Bervian (1983, p.50), “parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução”.

A fim de conduzir o estudo proposto, faz-se indispensável um plano de pesquisa. Este plano busca atingir os objetivos estabelecidos por meio de alguns métodos. Na concepção de Galliano (1979, p. 6), “método é um conjunto de etapas ordenadas dispostas a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim.”

Com o intuito de responder a uma questão, dissertando sobre um ponto particular de uma ciência, no caso a Contabilidade, este trabalho toma, assim, a forma de uma monografia, pois esta investiga um assunto com profundidade, sob a análise dos seus aspectos e relações. E, nesta monografia, a governança corporativa é o foco de estudo.

Ao se pensar em realizar uma pesquisa sobre a percepção da governança corporativa por parte dos formandos 2007/2 dos cursos de graduação em Ciências Contábeis da Grande Florianópolis, fez-se necessário o levantamento das universidades existentes na região que oferecem o curso. Foram localizadas quatro: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Universidade de São José (USJ). Esta última, porém, foi excluída do estudo pelo fato de ter

iniciado suas atividades há pouco tempo e ainda não apresentar estudantes nas fases finais da graduação, restando para análise três universidades, quais sejam: UFSC, Unisul e Univali.

Na seqüência, em cada uma das três universidades selecionadas buscou-se contato com os respectivos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, a fim de descobrir o número de prováveis formandos 2007/2. Obteve-se a informação de que estes eram no número de 85 ao todo, sendo 52 acadêmicos da UFSC, 12 da Unisul e 21 da Univali. Assim, todos os graduandos 2007/2 de Ciências Contábeis das universidades da Grande Florianópolis compuseram o universo e a amostra da pesquisa, uma vez que conseguiu-se aplicar o questionário com todos eles. Marconi e Lakatos (2002, p. 41) entendem a população ou universo como o “conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.”

Para resultados mais abrangentes e precisos, a amostra poderia ter agrupado estudantes da última fase de graduação em Ciências Contábeis nas universidades e faculdades da Grande Florianópolis ou de todo o Estado. Para viabilizar o estudo, limitou-se às universidades na região da Grande Florianópolis. Os pesquisados, todos os graduandos da última fase de Ciências Contábeis das universidades da Grande Florianópolis, responderam às questões propostas sobre o termo “governança corporativa”.

Quanto aos objetivos, esta monografia é classificada como descritiva. Para Gil (1999), este tipo de pesquisa tem como finalidade central descrever os aspectos de determinado fenômeno ou população ou determinar relações entre as variáveis observadas. Como característica significativa, destaca-se o emprego de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento ou *survey*. Gil (1999) expõe que as pesquisas de levantamento procuram interrogar de forma direta as pessoas cujo comportamento se pretende conhecer. Para isso, solicitam-se informações a um grupo considerável de pessoas a respeito do problema em estudo, procedendo com a aplicação de técnicas quantitativas para obtenção de inferências sobre o assunto pesquisado.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, o estudo fez uso de questionário e bibliografias. Livros, revistas, jornais, publicações avulsas, monografias, teses e também *sites* na *Internet* serviram de apoio ao conhecimento. Como técnica para a coleta de dados, esta se deu por meio de questionário impresso entregue pessoalmente durante a execução das aulas para a última fase da graduação em Ciências Contábeis nas universidades da Grande Florianópolis: UFSC, Unisul e Univali. Este método foi escolhido por sua rapidez na captação de informações úteis ao trabalho.

Oliveira et al. (2003, p. 71) afirmam que “entre as numerosas técnicas de pesquisa e coleta de dados, a mais difundida e conhecida é a utilização do questionário, [...] por permitir mensuração mais exata.” Gil (1999) define o questionário como uma metodologia de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como finalidade o conhecimento de suas opiniões, crenças, interesses, expectativas, sentimentos, situações vivenciadas.

O questionário (Apêndice) foi composto de perguntas fechadas e abertas. Nas perguntas fechadas (questões 1-3, 5-8, 10 e 12), as questões elaboradas apresentavam apenas uma resposta correta para que o pesquisado assinalasse. As questões abertas (questões 4, 9, 11 e 13) solicitavam a justificativa do estudante em relação a algumas posições expostas por meio de questões fechadas, sendo que o pesquisado teve total liberdade neste tipo de pergunta, pois ele mesmo redigiu as respostas.

Neste trabalho, fez-se uso de pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias. Marconi e Lakatos (2002) explicam que esse tipo de documentação permite resolver não só os problemas já conhecidos, mas descobrir novas áreas onde os problemas ainda não se definiram suficientemente. Assim, a pesquisa bibliográfica propicia a investigação de um determinado assunto sob uma nova abordagem ou aspecto. Este instrumento de pesquisa trouxe aprendizado à pesquisadora e proporcionou embasamento teórico, bem como facilitou a elaboração do questionário.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é considerada qualitativa e quantitativa. Apresenta caráter qualitativo por examinar fatores entre os pesquisados que interferem no ponto de vista a respeito da governança corporativa e na valorização que lhe é destinada. A abordagem qualitativa, segundo Richardson (1989), descreve a complexidade de determinado problema e analisa a influência mútua de certas variáveis, além de compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Também é considerada quantitativa por ter se utilizado de métodos estatísticos para estabelecer análises. Pois, conforme Beuren e Raupp (2006), “torna-se bastante comum a utilização da pesquisa quantitativa em estudos de levantamento ou *survey*, numa tentativa de entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população.”

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Procurando apresentar este estudo de forma organizada, ele foi separado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a introdução do estudo, abordando o tema e problema da pesquisa, os objetivos, a justificativa e metodologia empregada, a organização e as limitações deste trabalho.

O segundo capítulo expõe a revisão literária, onde é abordado o assunto deste estudo: a governança corporativa. Neste tópico mostram-se as propostas da literatura a seu respeito, proporcionando saber seu significado, como surgiu, sua evolução, as cartilhas elaboradas para as melhores práticas, os níveis diferenciados instituídos pela Bovespa, resultados já alcançados com a sua implementação, bem como as críticas. Além disso, avaliou-se a ligação do tema desta pesquisa com a Contabilidade.

O terceiro capítulo apresenta os resultados alcançados na pesquisa em termos da percepção dos formandos 2007/2 das universidades da Grande Florianópolis, do curso de graduação em Ciências Contábeis, acerca da governança corporativa e sua relação com a Contabilidade.

Por último, no quarto capítulo, contemplam-se as conclusões do presente estudo e recomendações para futuras pesquisas sobre o assunto.

1.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa tem o intuito de investigar os formandos 2007/2 do curso de Ciências Contábeis das universidades públicas e privadas da Grande Florianópolis. Por ter abrangido apenas as universidades, deixando de lado as faculdades, demonstra-se aí uma restrição do presente estudo.

Os resultados encontrados na pesquisa não são generalizáveis, pois se ressalta que as informações encontradas são válidas apenas para os formandos pesquisados, e as informações apresentadas, têm como base o semestre 2007/2. Assim, os resultados obtidos não podem ser extrapolados para outros semestres, isto é, a conclusão deve ser limitada ao período analisado e está sujeita a testes adicionais baseados em dados coletados outras vezes.

Outra limitação a ser destacada é que a aplicação do questionário, e portanto os resultados encontrados, dizem respeito apenas à percepção dos estudantes da Grande Florianópolis, não retratando necessariamente a realidade dos acadêmicos catarinenses do curso de Ciências Contábeis.

Entretanto, acredita-se que as limitações apresentadas não afetam os resultados obtidos nesta pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo se faz o desenvolvimento do assunto deste trabalho. Sua exposição está dividida em seções e subseções para melhor ordenar o estudo. Primeiramente, aborda-se a definição e a importância da governança corporativa. Em seguida, apresenta-se como se deram seu surgimento e evolução no mundo e no Brasil, além de princípios e cartilhas recomendados para suas melhores práticas. Logo após, contextualiza-se sua ligação e relevância com a Contabilidade.

2.1 CONCEITO E IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é uma tradução da expressão inglesa *Corporate Governance* que, segundo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2004), é um sistema no qual as sociedades são administradas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. O bom funcionamento deste sistema leva a sociedade a aumentar o seu valor, possibilitando facilidade ao acesso do capital e colaborando para sua perenidade. Steinberg et al. (2003, p. 109) afirmam que “ela surgiu na língua inglesa apenas no final do ano 1980, o que demonstra quanto é recente essa discussão.”

Grün (2003) observa que, antes de tudo, a Governança Corporativa é um modo inovador de organizar as relações entre as empresas e o mercado financeiro, buscando a transparência contábil e a devida consideração aos direitos dos acionistas minoritários. Para Shleifer e Vishny (1997, p. 737), é o caminho pelo qual “os representantes financeiros das corporações buscam assegurar para si próprios o retorno de seu investimento”. E Lodi (2000, p. 24) afirma que Governança Corporativa “é o sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva”.

Por meio destes conceitos acima mencionados, percebe-se que o estabelecimento de sistemas eficientes de Governança Corporativa traz condições para qualquer empresa crescer e se tornar globalmente competitiva. Pois, até certo tempo atrás, possuir somente ações ordinárias em negociação no mercado de capitais tornava a empresa mais bem avaliada, no entanto, atualmente isto não basta. Análises recentes realizadas pela *McKinsey* demonstram que os investidores estão dispostos a pagar um prêmio substancial – de até 28%, no caso da

Venezuela, e 27%, no da Indonésia – por ações de empresas que apresentarem boa governança (LAMEIRA, 2001).

O presidente da *KPMG International*, Michael Rake, diz que a implementação da governança corporativa se torna viável através da combinação de vários fatores: o papel que exercem os executivos, o comprometimento dos diretores que não ocupam cargos executivos, a responsabilidade dos auditores frente aos acionistas, a atuação de órgãos normativos e outros grupos de interesse e, com maior importância, a apresentação transparente das atividades de uma empresa e dos riscos a que está submetida. Além disso, uma boa governança corporativa tem quase que a obrigação de assegurar a necessária estabilização ao assumir riscos, sem tornar a empresa suscetível a ameaças desproporcionais, e garantir que os executivos serão recompensados corretamente, sem exageros, por alcançar os objetivos determinados. E, também, fazer com que se crie uma cultura da organização correta e justa evitando o surgimento de fraudes (IBGC, 2005).

É importante que as organizações busquem solidez e almejem continuidade e crescimento no mercado. Atitudes impensadas e despreocupações por parte especialmente dos que gerem a empresa têm levado a muitos casos de falência. Pequenas e médias empresas são os exemplos mais comuns desta realidade. Compreende-se, então, que pensar estrategicamente é primordial e que a governança corporativa auxilia, e muito, no bom funcionamento das entidades.

2.2 ORIGEM DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o aumento do número de pequenas organizações, em sua grande maioria familiares, percebeu-se que, além de empréstimos a bancos ou a instituições financeiras, a captação de recursos poderia se dar por meio da abertura do capital a terceiros. Conforme Silveira, Famá e Barros (2002), essa alternativa possibilitou o crescimento e, até mesmo, o reerguimento de sociedades em crise. As ações emitidas não davam direito a voto, mas apenas a uma parcela do lucro – ações preferenciais.

A partir do momento que os interesses dos donos de ações ordinárias – que davam direito a voto – se discordou muito dos demais acionistas, diversos conflitos surgiram. A esse respeito, destaca-se o fenômeno conhecido como conflito de agência. Este acontece em empresas não familiares onde existe a segregação entre o controle de capital e a propriedade (SILVEIRA, FAMÁ e BARROS, 2002).

Contemporaneamente, a colisão de interesses nas organizações tem assumido maiores proporções devido à quantidade de pessoas envolvidas. Na busca de recursos, as empresas atraem outras pessoas e/ou entidades que procuram alguma espécie de vantagem. Se por um lado isso ajuda na arrecadação de capitais, por outro pode trazer problemas. Quando, por exemplo, os que detêm de maior poder almejam o crescimento da organização e decidem fazer investimentos, os menos poderosos podem discordar, tendo o pensamento voltado ao lucro que tenderá a ser menor no ano em que isso ocorrer e ainda pior caso não haja sucesso na empreitada.

Segundo Martin (1987), o conflito de agência nasce da desarmonia entre agentes que, teoricamente, por meio de um contrato deveriam buscar um objetivo comum à organização, mas que, na realidade, procuram maximizar suas riquezas individuais.

A fim de evitar e combater tudo o que possa trazer divisão a uma entidade, como atributo negativo a esta, vêm se buscando uma forma ideal de gestão, levando-se em conta os mais diversos interesses dos envolvidos.

A tendência atual para o comando de uma empresa surgiu, ou pelo menos seus primeiros registros ocorreram nos Estados Unidos. Como relata Souza (2005), neste país, a fim de impor limites aos abusos dos controladores de fundos de pensão, *Calpers* e *Fidelity* passaram a exigir mais informação e transparência das companhias.

Iniciou-se, então, um movimento que buscava a sintonia entre as empresas e o mercado, que desejava um equilíbrio na satisfação dos interesses, em muitos casos bastante diferentes. Por esse motivo, em 1992, na Inglaterra, o *Cadbury Report* editou o primeiro de todos os “códigos de melhores práticas de governança corporativa”. E, conseqüentemente, vários países foram aderindo a esta inovação na gestão empresarial, a começar pela Itália, França e Alemanha.

Silva, Rodrigues e Abreu (2004, p. 348) salientam que “o conceito de governança corporativa existe há mais de 50 anos. No entanto, embora não seja um tema relativamente novo, somente nos últimos anos vem se transformando em uma preocupação importante em diversos países, sejam mercados desenvolvidos sejam emergentes.”

O movimento de governança corporativa teve sua propagação facilitada nos países em desenvolvimento, e especialmente no Brasil, sobretudo por conta da globalização.

2.3 SURGIMENTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

O ambiente propício à implantação da governança corporativa no Brasil foi construído ao longo de alguns anos. Lodi (2000) apresenta os passos desta evolução. Nas décadas de 1950 e 1960, enquanto no mundo já se percebem os primeiros aspectos da governança corporativa – embora ainda não tendo este nome, predominava no Brasil a presença forte do acionista controlador familiar, sócio majoritário e gestor da empresa.

Nos anos de 1970, nascem os primeiros grandes conselhos de administração brasileiros: Alpargatas, Monteiro Aranha, Docas, Mappin. Estes conselhos apresentavam indícios de independência perante a empresa (LODI, 2000).

Em 1976, surge a Lei das Sociedades Anônimas – Lei das S. A., nº 6.404, que prevê a segregação dos poderes entre o conselho de administração e a diretoria. Esta lei concedeu proteção ao acionista minoritário; estipulou responsabilidades ao acionista controlador; disponibilizou mais meios de fiscalização do que é realizado na empresa e, principalmente do que é decidido a todos os interessados nestas informações; distinguiu companhia aberta de companhia fechada e; definiu a importância de uma sociedade anônima (LODI, 2000).

Na década de 1980 se deu a abertura de capitais, despontaram os fundos de pensão e de investimento e observou-se a participação dos bancos, tendo como exemplo o Bradesco. Porém, o mercado de capitais ainda se apresentava muito pequeno tendo apenas 80 empresas com liquidez (LODI, 2000).

Nos anos de 1990 se destaca a globalização, com as privatizações, fusões e aquisições de empresas por grupos estrangeiros. Grandes escândalos com pareceres de auditorias externas nos Bancos auxiliam na verificação real do papel dos auditores: Nacional, Econômico, Bamerindus, Noroeste, Bandeirantes. Entre 1992 e 1993 nasce o termo “governança corporativa”. Em 1997, a nova Lei das S. A., nº 9.457, mantém as atribuições do Conselho e aumenta o poder da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para fiscalizar. Em 1999 são criados o IBGC e o primeiro Código Brasileiro de Melhores Práticas de Governança Corporativa (LODI, 2000).

Conforme Steinberg et al. (2003), a história do IBGC teve seu início em 1994, quando João Bosco Lodi e Herbert Steinberg notaram que em muitos de seus almoços no Hotel Maksound Plaza o assunto que tratavam, na maioria das vezes, era sobre as insuficiências dos conselhos de administração que integravam. Perceberam a necessidade de se tomar uma atitude perante este fato. Desta maneira, junto com doze conhecidos fundaram o Instituto

Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), em 27 de novembro de 1995 (STEINBERG et al., 2003).

O alvo, no princípio, era debater os melhores métodos para os conselhos de administração. No entanto, logo se verificou que existiam muitos outros pontos a se abordar. E, no início de 1999 a entidade passou a se chamar Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tendo por finalidade principal colaborar para melhorar a prática da governança corporativa no Brasil. O enfoque fundamental estava na capacitação de conselheiros (STEINBERG et al., 2003).

Nos três primeiros meses de 1999 ocorreu o desenvolvimento do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa pelos membros do conselho do instituto. Seu lançamento se deu em maio de 1999 e contribuiu para que o IBGC ocupasse posição de destaque do movimento no Brasil. O embasamento para sua formulação, como explicam Steinberg et al. (2003, p. 111), estava nas seguintes fontes:

[...] reflexões dos próprios conselheiros sobre a Lei das Sociedades Anônimas e sobre suas experiências; as conclusões do estudo *International Comparison of Board Best Practices*, editado em 1988 por Holly Gregory e Elizabeth Forminard, sob a supervisão de Ira Millstein – o maior nome da governança corporativa dos Estados Unidos –, que analisava os quinze principais códigos em vigor; o documento “Governança corporativa – subsídios ao Código brasileiro de melhores práticas”, extraído do *Top Management Summit*, promovido em 1997 pela Fundação Dom Cabral em Itu (São Paulo), reunindo alguns dos maiores empresários do país; e o texto “O conselho de administração – recomendações práticas para seu melhor funcionamento”, publicado por Roberto Teixeira da Costa em 1996.

As práticas de governança corporativa vinham apresentando pleno sucesso no Brasil e no mundo até que alguns acontecimentos provocaram uma revolução nos seus conceitos e aplicações.

2.4 A GOVERNANÇA CORPORATIVA POSTA À PROVA

Em decorrência da chamada “bolha do milênio” percebeu-se a necessidade de algumas modificações importantes nos princípios e na implementação da governança corporativa. Segundo Lopes (2005), escândalos envolvendo empresas de renome abalaram o mercado a partir do ano 2000. O cenário afetou diretamente os americanos, mas conseqüentemente, atingiu outros países.

No início do novo milênio, o mercado acionário vivia um aparente clima de prosperidade. Crescia o número de investidores nas bolsas de valores, pois os dividendos gerados eram elevados. A expansão rápida da *internet* auxiliou ainda mais na plena confiança

no mercado. Empresas destacavam-se consideravelmente neste período. Uma delas era a *Enron*. Os meios de comunicação a tinham como um exemplo de empresa de energia voltada para o futuro (LOPES, 2005).

Havia uma preocupação grande com melhores valores para os acionistas pelas empresas com ações na bolsa de valores. Isso ocasionou especulações e dissimulações. Companhias passaram a pospor ou, simplesmente, não reconhecer perdas, incluir receitas inexistentes, excluir despesas já incorridas. Tais práticas seduziram a *Enron*, maior companhia energética do mundo e sétima maior empresa dos Estados Unidos da América em faturamento – sendo que a sua expansão rápida já havia se beneficiado pela ausência de regulamentação no mercado de energia dos EUA. No seu auge, apresentou 21 mil funcionários espalhados por 40 países (LOPES, 2005).

Devido a uma recessão nos EUA, ocorrida em 2001, houve queda nos preços da energia, o que prejudicou muito a *Enron*. Em outubro do mesmo ano, ela anunciou que, por conta de equívocos contábeis de períodos anteriores, incluiria dívidas no valor de US\$ 1,01 bilhão no resultado referente ao terceiro trimestre. Por esse motivo, a *Security and Exchange Commission* (SEC), órgão regulador que supervisiona o cumprimento da legislação societária e também de padrões de contabilidade pelas empresas, resolveu examinar informalmente as demonstrações financeiras da *Enron*. A imprensa começou a questionar sua contabilidade e, como resultado, o preço de suas ações caiu 20 por cento (LOPES, 2005).

Com isso, muitas ilegalidades surgiram ou passaram a ser percebidas. Segundo Coelho (2002, p. 25), a empresa utilizava diversas subsidiárias de fachada, cujos ativos eram ações da própria *Enron*, para registrar suas dívidas. Assim, seu passivo ficou subestimado no período de 1997 a 2000. Em dezembro, acabou se vendo obrigada a pedir concordata. Milhares de empregados foram demitidos e acionistas perderam todo o dinheiro investido (LOPES, 2005).

Daí por diante, outras empresas apresentaram fraudes contábeis divulgadas na mídia: *WorldCom*, *Adelphia*, *Tyco International*, *ImClone Systems*, *Qwest Communications International*, *Peregrine Systems*. Conseqüentemente, o mercado de capitais norte-americano teve sua confiabilidade abalada (LOPES, 2005).

Todos estes acontecimentos fizeram com que, em todo o mundo, ocorressem inovações a fim de se recuperar a credibilidade perdida. O marco referencial dessa nova etapa foi a Lei *Sarbanes-Oxley* elaborada por Paul Sarbanes e Michael Oxley e promulgada em julho de 2002, fiscalizando com mais rigidez as funções de auditoria e punindo com mais severidade os atos fraudulentos praticados pelos administradores das empresas norte-americanas (SOUZA, 2005).

Com base em Souza (2005), a Lei *Sarbanes-Oxley* ampliou o foco da responsabilidade na empresa. Todos aqueles que possuem os principais cargos que interferem diretamente no bom andamento da instituição, desde o presidente e a diretoria, até as auditorias e os advogados contratados passaram a responder mais rigidamente nas questões gerenciais. O objetivo da criação desta norma foi a adoção de parâmetros mais bem definidos de governança corporativa, com o intuito de garantir mais transparência nas informações, maior independência aos órgãos de auditoria e segurança aos resultados.

A Lei *Sarbanes-Oxley* impunha duas frentes importantes: ríspidas penas contra as falcatruas societárias e controles severos às funções de auditoria. Proibiu-se aos auditores independentes a prestação de serviços de consultoria a empresas por eles auditadas ou a sociedades em que o presidente, diretor financeiro, ou algum componente da administração tenha sido funcionário da auditoria até pelo menos um ano antes da contratação dos serviços. Estabeleceu-se, assim, a instituição de uma comissão oficial para o exame geral das demonstrações financeiras – *Public Company Accounting Oversight Board* (AOB) –, sob a direção da *Securities Exchange Commission*, semelhante à CVM no Brasil, com autorização de não só fiscalizar como também punir os auditores que venham a apresentar atitudes repreensíveis (SOUZA, 2005).

Outra frente importante foi a constituição de: impedimento de oferta, manutenção, aumento ou renovação de empréstimos, seja de forma direta ou indireta, entre a organização e quaisquer conselheiros ou diretores; a conferência e certificação da verdade quanto aos relatórios periódicos, evidenciando a concreta posição financeira da companhia; padrões de conduta profissional dos advogados contratados pelas sociedades, os quais estarão comprometidos a expor qualquer vestígio de transgressão às leis do mercado acionário quer por parte da companhia ou de seus gerenciadores (SOUZA, 2005).

Conforme Souza (2005), no Brasil, a reforma da Lei das Sociedades Anônimas em 2001 motivou um considerável avanço nos padrões de governança na legislação brasileira, visto que diversos fatos determinaram a necessidade de mudanças nas práticas vigentes. O IBGC reformulou o Código Brasileiro de Melhores Práticas de Governança Corporativa, cuja segunda edição foi publicada em 2001 e mais recentemente, 30 de março de 2004, lançou-se sua terceira versão revisada e ampliada.

Segundo o IBGC (2005), também em 2001, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) instituiu três níveis diferenciados de governança corporativa: 1, 2 e novo mercado. Ao optarem em fazer parte de um desses níveis, as empresas têm de estarem dispostas a fornecer informações adicionais ao mercado, além das exigidas por lei. A CVM, por sua vez,

elaborou uma cartilha contendo recomendações sobre governança corporativa em junho de 2002.

Também outros órgãos e instituições têm demonstrado a grande relevância deste assunto. A Petros é um exemplo disso. Ela estabeleceu princípios de atuação dos conselheiros que representam o fundo nas empresas em que investe.

A seguir, verificam-se as recomendações brasileiras de melhores práticas da governança corporativa.

2.5 CARTILHAS DE MELHORES PRÁTICAS

Destacam-se quatro instrumentos de orientação para a boa governança corporativa das empresas brasileiras: o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC; a Cartilha de Governança da CVM; os Níveis diferenciados de governança corporativa segundo a Bovespa e o Manual de Governança dos Investimentos Petros. A seguir, cada um deles será discutido.

2.5.1 Código das melhores práticas do IBGC

Constituiu-se na sua primeira edição em maio de 1999, logo depois sendo revisado em 2001 e sua versão mais recente data de 30 de março de 2004, como já citado anteriormente. O seu intuito é melhorar o desempenho das empresas e facilitar o acesso ao capital. Lodi (2000, p. 46) esclarece que sua elaboração:

[...] baseou-se na experiência de seus associados, em Códigos de Melhores Práticas, tais como Cadbury, General Motors, Hampel, NACD (National Association of Corporate Directors), Viênot e outros, e leva em conta também algumas das sugestões apresentadas no “Top Management Summit” realizado de 10 a 12 de abril de 1997 em Itu, Estado de São Paulo (essas sugestões foram incorporadas num documento editado pela Fundação Dom Cabral, intitulado “Governança Corporativa, Subsídios ao Código Brasileiro de Melhores Práticas”).

O código das melhores práticas de governança corporativa do IBGC é dividido em seis partes (propriedade, conselho de administração, gestão, auditoria independente, conselho fiscal e conduta/conflito de interesses).

2.5.1.1 Propriedade

Em síntese, segundo o IBGC (2004), os principais aspectos da parte do código do IBGC que trata da propriedade são:

- garantir o direito de voto a todos os sócios;
- registrar todos os sócios, com indicação das respectivas quantidades de ações/quotas;
- disponibilizar os acordos entre sócios a todos os demais sócios;
- convocar assembléia geral com antecedência mínima de 30 dias;
- detalhar da melhor maneira possível a pauta da assembléia geral;
- determinar e disponibilizar as regras de votação, desde a publicação do anúncio de convocação para a assembléia geral;
- manter em circulação o maior número possível de ações e estimular sua dispersão;
- o Estatuto Social deve conter mecanismos para resolução de casos de conflito de interesses;
- resolver os conflitos entre sócios, preferencialmente, por meio de arbitragem;
- promover a extensão das condições, quando da venda do controle da empresa, a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag along*); e
- vedar a utilização de informação privilegiada a pessoas que tenham acesso a tais.

2.5.1.2 Conselho de administração

Como principais tópicos, com base no IBGC (2004), a respeito do conselho de administração expõem-se:

- normatizar, em regimento interno, as atividades do Conselho de Administração para evitar o acúmulo das funções de presidente do conselho e de executivo principal (*Chief Executive Officers – CEO*) pela mesma pessoa;
- o número de membros do Conselho de Administração deve variar entre 5 e 9 conselheiros;
- o Conselho deve ser formado, em sua maioria por conselheiros independentes;
- formar comitês especializados (auditoria, remuneração, finanças, governança etc.) para auxiliar o Conselho de Administração;

- o desempenho do Conselho e de cada um de seus membros deve ser avaliado anualmente;
- o mandato do conselheiro deve ser preferencialmente de um ano, permitida a reeleição;
- evitar a eleição de conselheiros suplentes;
- o Conselho deve avaliar anualmente o desempenho da Diretoria Executiva; e
- as deliberações do Conselho de Administração devem ser estritamente confidenciais.

2.5.1.3 Gestão

Em suma, conforme o IBGC (2004), como principais pontos da parte do código do IBGC que trata da gestão têm-se:

- a prestação de contas necessita ser clara, transparente e objetiva;
- o relatório anual deve especificar a participação do capital da sociedade e a remuneração individual ou agregada dos administradores;
- incluir no relatório anual as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela sociedade;
- priorizar a criação de sistemas de controles internos que organizem e monitorem um fluxo de informações corretas, reais e completas sobre a sociedade;
- vincular a remuneração da Diretoria aos resultados da empresa, para alinhar seu desempenho ao que seja melhor para a sociedade e para os sócios;
- avaliação anual do CEO pelo Conselho de Administração; e
- apresentar as demonstrações financeiras também de acordo com os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos.

2.5.1.4 Auditoria Independente

Como principais aspectos, com base no IBGC (2004), em se tratando da auditoria independente apresentam-se:

- contratar os auditores por período pré-definido, em benefício de sua independência;

- o auditor independente deve assegurar anualmente, por escrito, sua independência em relação à sociedade;
- garantir independência e objetividade dos procedimentos adotados pelos auditores em relação a outros serviços eventualmente prestados; e
- o plano de trabalho e o acordo de honorários precisam ser estabelecidos junto ao Conselho de Administração e/ou Conselho de Auditoria;

2.5.1.5 Conselho fiscal

Em síntese, segundo o IBGC (2004), os principais aspectos da parte do código do IBGC que trata sobre o conselho fiscal são:

- introduzir um regimento interno que não iniba a liberdade de ação individual dos conselheiros;
- acompanhar o trabalho dos auditores independentes e o seu relacionamento com a administração;
- participação paritária de controladores e minoritários no Conselho Fiscal, com um membro eleito pelos sócios que representem a totalidade do capital;
- estabelecer uma agenda de trabalho em sintonia com as expectativas dos sócios; e
- incluir na política de divulgação de informações da companhia as opiniões e os documentos elaborados pelo Conselho Fiscal.

2.5.1.6 Conduta e conflito de interesses

De maneira resumida, com base no IBGC (2004), como principais tópicos da parte do código do IBGC que menciona sobre a conduta/conflito de interesses expõem-se:

- adotar código de conduta desenvolvido pela diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração, a ser cumprido por toda a sociedade;
- o código de conduta deve abranger o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes;
- proibir, em princípio, empréstimos em favor do controlador e de partes relacionadas; e
- afastar das discussões e deliberações pessoas envolvidas com conflitos de interesses em relação a um tema específico.

2.5.2 Cartilha da CVM

A iniciativa da formulação de uma cartilha contendo recomendações sobre governança corporativa pela CVM em junho de 2002 assinala o comprometimento deste órgão em buscar aumentar a transparência e consideração, por parte das empresas, com relação a seus acionistas. Para a sua realização, contaram os 25 anos de vida desta comissão, a análise da experiência de diversos países, bem como relatórios e códigos de governança corporativa nacionais e internacionais.

Como a própria CVM (2002) ressalta, o objetivo desta cartilha é servir de guia nas questões que podem influenciar significativamente a relação entre administradores, conselheiros, auditores independentes, acionistas controladores e acionistas minoritários. E acrescenta que as empresas podem e devem ir além do que nele consta.

As recomendações da CVM sobre as práticas de governança corporativa podem ser reunidas em três grupos, conforme IBGC (2005):

1. O primeiro focaliza a maior transparência das companhias na relação com seus acionistas, procurando facilitar o acompanhamento destes a respeito dos assuntos mais importantes.
2. O segundo trata de recomendações sobre a estrutura e a atuação mais presente do Conselho de Administração.
3. O terceiro menciona a proteção aos direitos dos acionistas minoritários, especialmente em se tratando da equidade destes em relação aos dos controladores e da participação nas decisões da empresa.

Steinberg et al. (2003, p. 166) expõem que:

a CVM procurou adaptar alguns conceitos de governança corporativa internacional às características próprias da realidade brasileira, notadamente a predominância de companhias com controle definido. Cabe ressaltar que alguns conceitos importantes de governança corporativa já fazem parte da estrutura legal no Brasil, razão pela qual não se faz referência a eles.

Um importante órgão como a CVM, ao se preocupar com melhores práticas de gestão, demonstra o grande valor da governança corporativa. E isso ajuda o país a crescer e se desenvolver como um mercado confiável.

2.5.3 Níveis diferenciados de governança corporativa segundo a Bovespa

Quanto aos três níveis distintos de governança corporativa da Bovespa, as empresas que integram cada um dos respectivos tipos existentes, atualmente, têm alavancado maiores investimentos em proporção a antes dessa associação. Isto se deve à elevação da credibilidade e segurança que passam a lhes ser conferidas (STEINBERG et al., 2003).

A seguir, relatam-se as principais regras e práticas para a participação em cada um dos níveis de governança da Bovespa.

2.5.3.1 Nível 1

As companhias abertas classificadas neste nível devem apresentar melhorias na prestação de informações ao mercado e viabilizarem a dispersão do controle acionário. E, adicionalmente às exigências da legislação, com base no que a Bovespa (2002) estipula, necessitam:

- acrescentar às Informações Anuais (IANs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém dados corporativos – entre outras: a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia em posse dos grupos de acionistas controladores, diretores e membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração, além da evolução dessas posições;
- adicionar às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que reúne demonstrações financeiras anuais – entre outras, a demonstração dos fluxos de caixa;
- acrescentar às Informações Trimestrais (ITRs) – documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém demonstrações financeiras trimestrais – entre outras: demonstração dos fluxos de caixa e demonstrações financeiras consolidadas;
- divulgar, mensalmente, as negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores, bem como os termos dos contratos firmados entre a companhia e partes relacionadas;

- adotar mecanismos que facilitem a dispersão do capital quando houver distribuições públicas de ações;
- manter em circulação uma parcela mínima de ações, sendo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da companhia;
- realizar reuniões públicas com analistas e investidores, no mínimo, uma vez por ano; e
- expor, anualmente, um calendário com a programação dos eventos corporativos, tais como divulgação de resultados, assembléias etc.

A criação deste nível diferenciado se deu no ano 2000, mas somente em junho de 2001 as empresas começaram a fazer parte dele. Hoje são 42 empresas listadas neste nível (BOVESPA, 2007).

2.5.3.2 Nível 2

As empresas listadas no Nível 2, além de cumprir as mesmas exigências das que compõem o Nível 1, comprometem-se a seguir regras mais amplas de práticas de governança, dando preferência e expandindo os direitos dos acionistas minoritários.

A seguir, conforme a Bovespa (2007) determina, são demonstradas algumas obrigações adicionais para aderência a este nível. Além das exigências contidas no Nível 1:

- o Conselho de Administração deve possuir, no mínimo, 5 (cinco) membros – sendo que pelo menos 20% destes deverão ser conselheiros independentes – e mandato unificado de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição;
- conceder às ações preferenciais direito de voto em alguns assuntos, tais como: transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia e aprovação de contratos entre esta e empresas do mesmo grupo sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em assembléia geral;
- divulgar as demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* ou *United States Generally Accepted Accounting Principles (US GAAP)*;
- estender para todos os acionistas proprietários de ações ordinárias as mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da empresa e

de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor para os detentores de ações preferenciais (*tag along*);

- na hipótese de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação neste Nível, deverá se realizar uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico; e
- aderir à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários.

A criação deste nível diferenciado se deu no mesmo período do Nível 1, no ano 2000. Atualmente são 20 as empresas listadas no Nível 2 (BOVESPA, 2007).

2.5.3.3 Novo Mercado

As companhias deste segmento, semelhante às aderentes aos níveis anteriormente mencionados, também se comprometem a praticar a governança corporativa, só que em grau ainda mais elevado, prestando informações além das exigidas por lei.

Oliveira et al. (2004) apontam a criação do Novo Mercado pela Bovespa como uma das principais iniciativas de estímulo e aprimoramento ao modelo de governança das empresas no Brasil. Souza e Lima (2004, p. 2) ressaltam que “com esta listagem, chamada de *Novo Mercado*, espera-se que as empresas que aderirem a este segmento possam captar um maior volume de recursos e com um menor custo e que seja ampliada a segurança dos investidores.”

Uma das principais regras para participar do Novo Mercado é que a firma deve possuir apenas ações ordinárias (são ações que possuem direito de voto). Mas, essa não é a única obrigação, sendo que algumas, além de estarem presentes no regulamento de listagem, deverão ser aprovadas em assembleias gerais e adicionadas no estatuto social da empresa. No Quadro 1 listam-se as principais práticas a serem seguidas pelas companhias abertas que optam em fazer parte do segmento Novo Mercado da Bovespa.

PRINCIPAIS REGRAS E PRÁTICAS PARA ADEÇÃO AO NOVO MERCADO

- Proibição de emissão de ações preferenciais;
- Realização de oferta pública de colocação de ações através de mecanismos favoráveis a dispersão do capital;
- Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações representando 25% do capital;
- Extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia;
- Estabelecimento de um mandato unificado de 1 ano para todo o Conselho de Administração;
- Disponibilização de balanço anual seguindo as normas do US GAAP ou IAS;
- Introdução de melhorias nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de consolidação e de revisão especial;
- Obrigatoriedade de realização de uma oferta de compra de todas as ações em circulação, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; e
- Cumprimento de regras de evidenciação (*disclosure*) em negociações envolvendo ativos de emissão da companhia por parte de acionistas controladores ou administradores da empresa.

Quadro 1: Principais regras e práticas para adesão ao novo mercado

Fonte: Bovespa (2006 apud GALLON, 2006).

A Bovespa implantou o Novo Mercado em dezembro de 2000. Hoje, fazem parte deste segmento 85 empresas (BOVESPA, 2007).

2.5.4 Manual de governança dos investimentos Petros

A Petros originou-se de estudos e projetos desenvolvidos, desde o início da década de 1960, pela Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A., com o objetivo de manter a qualidade de vida de seus empregados durante a atividade profissional e após a aposentadoria. Em 31 de março de 1970, a Petros foi instituída quando a primeira Diretoria Executiva foi empossada. Contudo, o início oficial das atividades foi no dia 1º de julho de 1970 (PETROS, 2006).

Sendo uma investidora institucional – fundo de pensão –, a Petros é preocupada com a segurança na administração dos ativos de seus participantes. E, assim, ela:

busca constantemente instrumentos que estimulem boas práticas de governança corporativa nas empresas em que tem participação, como, por exemplo: recomendação de conselheiros independentes e bem informados, transparência nos procedimentos de gestão e prestação de contas dos administradores das empresas. A Petros percebe que esse conceito representa um incentivo para que as decisões tomadas pelos gestores, de fato, visem o melhor interesse das companhias, ou seja, a maximização do retorno para os seus acionistas e, sobretudo, impeçam atitudes que prejudiquem os acionistas minoritários (PETROS, 2006).

Desta forma, verificou-se a necessidade da elaboração do Manual de Governança dos Investimentos Petros que, embasado na experiência adquirida no monitoramento diário dos

seus investimentos, pretende motivar a prática dos conceitos que nele constam. O Manual consiste na exposição de pontos críticos do trabalho desempenhado pelos representantes internos e externos da Petros envolvidos direta e indiretamente no procedimento de governança corporativa dos investimentos (PETROS, 2006).

O Manual se divide em sete capítulos, que abrangem o material aplicável para execução dos trabalhos e a descrição dos pontos críticos referentes às atribuições dos seguintes profissionais: Analistas da Assessoria de Planejamento de Investimentos; Analistas de Participações; Conselheiros de Administração e Fiscal; Representantes em Assembléias de Condomínios; Representantes em Fundos de Investimentos. Em seus anexos, apresentam-se modelos de regimento interno de Conselho de Administração e Conselho Fiscal (PETROS, 2006).

A seguir, no Quadro 2, conforme Petros (2006), verificam-se características importantes de cada um dos capítulos deste manual. Além do que consta no Quadro 2, a Petros também recomenda modelos de regimento interno para os conselhos de administração e fiscal.

ALGUNS ASPECTOS DO MANUAL DE GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS PETROS

- 1. Material aplicável para execução dos trabalhos** – elenca os tipos de profissionais e os respectivos materiais necessários para a execução dos seus trabalhos. Os materiais podem ser gerais, setoriais e específicos, abrangendo: leis, regulamentos, estatutos, regimentos, relatórios, planejamentos, orçamentos, demonstrações contábil-financeiras e outras informações.
- 2. Conselheiros de Administração e Fiscal** – apresenta aspectos sobre: incentivos às melhores práticas de gestão; orientação para os negócios; eleição, destituição, atribuições e remuneração da diretoria; provimento de informações; fiscalização da gestão da diretoria; convocação de assembléia; contratos e partes relacionadas; emissão de ações ou bônus de subscrição; alienação de ativo permanente, constituição de ônus reais e prestação de garantias; escolha e destituição dos auditores independentes.
- 3. Analistas do Setor de Análise de Participações** – dentre algumas atividades destes profissionais destacam-se: solicitar informações e documentos necessários para a elaboração do relatório de análise de participações ao Conselheiro de Administração e; preparar relatório de análise de Participações contendo os seguintes pontos: histórico e eventos mais recentes, Taxa Interna de Retorno - TIR atualizada do investimento, *valuation*, oportunidades de saída, potenciais reestruturações, expectativas setoriais/análise mercadológica, situação regulatória, “termômetro” de governança, principais contingências, aderência a planos de negócios e alterações societárias.
- 4. Representantes em Assembléias de Condomínio** – expõe pontos críticos das atribuições destes representantes, tais como: selecionar e destituir os administradores de imóveis e fixar-lhes as atribuições e remunerações, respeitando o que dispuser a convenção de condomínio civil e; averiguar e acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos imóveis pelo exame dos Relatórios Gerenciais elaborados pela Administração.
- 5. Representantes em Fundos de Investimentos Imobiliários** – apresenta aspectos cruciais das atribuições destes representantes, tais como: nomear e destituir os administradores dos Fundos e consultores, respeitando o que dispuser o regulamento e; acompanhar os eventos condominiais vis-à-vis ao regulamento dos Fundos e outros dispositivos e regulamentos aplicáveis.
- 6. Representantes em Comitês de Fundos de Investimentos em Renda Variável** – expõe pontos críticos das atribuições destes representantes, tais como: confirmar periodicamente a existência, consistência e viabilidade de táticas de saída para os ativos-objeto indicados pelo gestor e; arquivar os relatórios gerenciais do Fundo, o material de trabalho recebido nos casos de investimento ou desinvestimento de ativos do Fundo e as Atas de reuniões dos Comitês de Investimentos.
- 7. Analistas da Assessoria de Planejamento de Investimentos** – evidencia os seguintes aspectos: pontos críticos das atribuições destes profissionais; inadimplência de títulos; vencimento antecipado e recompra de títulos; assembléia de debenturistas e repactuação de títulos e; acesso às informações sobre os títulos privados.

Quadro 2: Alguns aspectos do manual de governança dos investimentos Petros

Fonte: Adaptado de Petros (2006).

Atualmente são 31 empresas patrocinadoras pagando em torno de 50.000 benefícios mensalmente e um fundo instituído (PETROS, 2007).

2.6 PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

O IBGC (2004), em seu Código de Melhores Práticas, destaca como princípios básicos: a transparência (*disclosure*), a equidade (*fairness*), a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa (*compliance*). Adiante, cada um desses princípios é elucidado.

2.6.1 Transparência

Caracteriza-se pela apresentação de dados precisos, registros contábeis fora de dúvida e entrega de relatórios nos prazos estabelecidos. O código do IBGC (2004) esclarece:

Mais do que “a obrigação de informar”, a Administração deve cultivar o “desejo de informar”, sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente quando espontânea, franca e rápida, resulta um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. A comunicação não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, mas deve contemplar também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação empresarial e que conduzem à criação de valor.

José Guimarães Monforte, atual presidente do IBGC, em entrevista ao programa “Panorama do Brasil” no mês de maio deste ano, falou, dentre outros assuntos, da importância da transparência: “De uma forma geral, o sistema de governança defende como sua pedra basilar a transparência, porque quanto mais a empresa se dá a conhecer, mais valor vai lhe ser atribuído e menos risco será imputado ao seu negócio. [...]” Daí se constata o valor da transparência que, quando verificada como espontânea por parte da empresa, torna-se um considerável fator diferencial na sua competitividade (IBGC, 2007).

2.6.2 Equidade

Busca alcançar o senso de justiça para com os diversos interesses dos envolvidos com a organização. Procura, também, defender os acionistas minoritários contra abusos de majoritários e gestores. Com relação à equidade, o código do IBGC (2004) expõe:

caracteriza-se pelo tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais “partes interessadas” (*stakeholders*), como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.

Simões (2003) argumenta que a governança corporativa apresenta-se como uma nova forma de busca da equidade nesse ambiente de enfrentamento e conflito constante entre os detentores do poder nas empresas de mercado e os provedores dos recursos que essas utilizam para o seu desenvolvimento. Verifica-se, então, o valor deste princípio que almeja um ambiente empresarial harmonioso, onde as diversas funções dos componentes da companhia, bem como diferentes interesses destes e de externos, sejam respeitados.

2.6.3 Prestação de contas

Caracteriza-se no compromisso dos que tomam as decisões de negócios em prestar contas. O código do IBGC (2004) assim define: “Os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos.”

Este princípio está muito ligado ao Princípio da Transparência. Por meio de ambos, procuram-se evitar fraudes contábeis e tornar consciente e natural a necessidade de se prestar contas.

2.6.4 Responsabilidade corporativa

Visa a obediência e o cumprimento das leis do país. Sobre a responsabilidade corporativa, o código do IBGC (2004, p. 10) dispõe:

Conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua. A “função social” da empresa deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia, e melhoria da qualidade de vida por meio de ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Inclui-se neste princípio a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumos) oferecidos pela própria comunidade.

Este princípio, em conjunto com os demais apresentados, tem enfoque na minimização dos conflitos de interesse e na melhor constituição e estruturação dos conselhos das empresas.

2.7 A CONTABILIDADE E A GOVERNANÇA CORPORATIVA

Por ser um assunto de interesse amplo, a governança corporativa é objeto de estudo em diversas áreas, tais como: finanças, economia, contabilidade, direito e administração, dentre outras.

A Contabilidade, por ser uma ciência que estuda os fenômenos de alteração e movimentação patrimonial das entidades, faz-se necessária para toda organização, independente de seu porte, para um melhor controle do seu patrimônio. Iudicibus et al. (1998, p. 21) salientam que:

a Contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidades não lucrativas, empresa, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia etc., tem um campo de atuação circunscrito às entidades supramencionadas, o que equivale a dizer muito amplo.

A contabilidade, aliada à governança corporativa, permite avaliações e inferências financeiras tanto a respeito da própria empresa como no auxílio à decisão de investir ou não em outras empresas. Tapscott e Ticoll (2005, p. 273-274) afirmam que:

[...] a razão alegada para publicar dados financeiros regulares e minuciosos é a responsabilidade perante acionistas, reguladores e público. Mas os relatórios financeiros também são parte de um ciclo de feedback que muda o comportamento dentro da empresa. Eles ajudam os funcionários a compreender que estão no mesmo barco, e os leva a utilizar formatos padronizados para descrever seus resultados. Os resultados publicados servem também para mensurar o desempenho interno em relação à concorrência e à economia. Eles ajudam funcionários, clientes e parceiros a avaliar a confiabilidade financeira da empresa.

Com a crescente valorização da governança corporativa no Brasil, aumentam os questionamentos quanto à padronização das demonstrações contábeis conforme normas internacionais. Afinal, empresas que fazem parte dos níveis diferenciados de governança da Bovespa, já têm de elaborar algumas demonstrações contábeis seguindo normas internacionais.

McManus e Clark (2003, p. 2) expõem que:

a adoção de um conjunto completo de normas contábeis e de divulgação de informações de qualidade universalmente reconhecida confere credibilidade e transparência à administração e demonstra seu comprometimento com a empresa - qualidades fundamentais à boa governança corporativa.

A governança corporativa traz maior importância à contabilidade que se encontra cada vez mais inserida em diversos ramos de estudo.

2.8 RESULTADOS JÁ ALCANÇADOS

Estudos no mercado norte-americano de Nelson (1999, apud ALMEIDA, 2002), apresentam indicativos de correlação entre o emprego de melhores práticas de governança corporativa e desempenho. Há evidências de que a adoção de melhores práticas de governança tem relação com o valor das companhias. Pois para que um mercado seja bem sucedido, o fator principal é a confiança que o público investidor tem em suas empresas e, por consequência, em seu mercado de capitais.

Vários são os benefícios encontrados na capitalização das empresas por meio da emissão de ações. Percebendo a importância da governança corporativa e demonstrando a desvantagem em se realizar financiamentos, Souza (2005, p. 27) ressalta que:

a captação de recursos no mercado de ações é muito menos onerosa, sob todos os aspectos, e permite a diluição dos riscos da empresa que os partilha com o mercado investidor, sem onerar o preço final do produto ou serviço, o que contribui para o aumento de sua competitividade, fator de suma importância na economia globalizada.

Pesquisa de La Porta et al. (1999 apud ALMEIDA, 2002) demonstrou indícios de avaliação superior nas empresas de países onde é mais forte a proteção ao acionista minoritário.

Com a valorização dos acionistas minoritários, baixos percentuais de investimentos podem ser atrativos e propiciar bons lucros. Segundo Pound et al. (2001), a *Wells Fargo Nikko Investment Advisors*, o maior fundo referenciado do mercado, atualmente possui aproximadamente 1% das 1.000 maiores empresas americanas. Assim também acontece com o *Califórnia Public Employees Retirement System – CALPERS* (Sistema de Aposentadoria dos Servidores Públicos da Califórnia).

Pound et al. (2001, p. 161) ainda observa que

participações de 1% nas maiores empresas americanas são enormes investimentos, significando para as instituições forte incentivo para atuar como proprietário bem informado e participante. Alguns observadores acreditam, erroneamente, que participações de apenas 1% não são suficientes para motivar as instituições a atuar como proprietárias. Mas a verdade está exatamente no oposto. Tal estrutura de propriedade cria incentivos econômicos simples, mas poderosos, para a adoção de comportamentos esclarecidos.

Conforme Lorea e Graciani (2007), depois dos escândalos financeiros que marcaram o início deste milênio, as sociedades deixaram de ver o risco como uma possibilidade assustadora e inescapável e passaram a prevê-lo. Com o auxílio da governança corporativa se deu a criação da gestão de riscos. Empresas como a Petrobrás e a Brasil Telecom possuem um bom levantamento de possíveis causas de prejuízos e diferentes formas de controlá-los. Lorea

e Graciani (2007) ainda enfatizam que vários especialistas garantem: a maioria dos acidentes não nasce do acaso, mas do descaso.

Mediante uma pesquisa realizada, Wilson, Newell e Campos (2002) destacaram que os investidores em mercados emergentes, como é o caso do Brasil, tanto nacionais como estrangeiros, procuram em primeiro lugar as sociedades que aderem exigentes padrões de governança corporativa para investir seus capitais.

Deste modo, embora o ponto central focalize a criação de valor para o acionista, também todas as demais partes interessadas (*stakeholders*), como fornecedores e clientes, devem ter suas aspirações analisadas. Uma integração adequada de interesses tem tornado companhias mais bem vistas perante o mercado (WILSON, NEWELL e CAMPOS, 2002).

2.9 AS CRÍTICAS

Como toda inovação, a governança corporativa não está imune às críticas. Pound et al. (2001) avaliam que, na maioria dos casos, são duas acusações que os gerentes lançam contra a politização crescente do controle societário.

Em primeiro lugar, alguns gerentes acreditam que as novas estratégias impulsionarão a visão restrita de curto prazo pelas grandes empresas. Isso porque os investidores institucionais, desejosos por bons resultados trimestrais, pressionarão por mudanças drásticas que tragam aumentos de curto prazo no valor das ações. No entanto, não há provas concretas disso. Na verdade, a maioria das pesquisas indica que os investidores institucionais não são movidos pelos resultados de curto prazo (POUND et al., 2001).

A segunda crítica é a de que, com a implantação da governança corporativa, todas as grandes decisões gerenciais estão abertas a questionamentos posteriores, e os investidores podem demonstrar dúvidas sobre as melhores diretrizes empresariais. Assim, alguns investidores se aproveitarão das respectivas participações societárias para impor agendas não-econômicas – como questões sociais e ambientais. Entretanto, os fatos apontam que tais iniciativas, caso ocorram, dificilmente serão bem-sucedidas, por dois motivos (POUND et al., 2001).

Pound et al. (2001, p. 167) discorre sobre este assunto:

primeiro, os investidores institucionais se caracterizam por extrema sensibilidade política e, em consequência, vários deles são muito conservadores. [...] Além disso, os mercados competitivos punem as más idéias e acabam por eliminá-las, da mesma

maneira como a concorrência pelas tomadas de controle puniu e eliminou as ofertas não-competitivas. No mercado de idéias, a moeda de troca é a credibilidade.

Na realidade, poucas são as críticas quanto à implementação da governança corporativa. O que há é desconhecimento do assunto por parte de alguns gerentes e acionistas, bem como outros envolvidos em elevados cargos nas instituições e talvez exista um certo receio por parte destes, devido a suas posturas conservadoras.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo faz-se a descrição e análise das informações obtidas com os acadêmicos da última fase do curso de graduação em Ciências Contábeis das universidades da Grande Florianópolis: UFSC, Unisul e Univali, na pesquisa realizada conforme metodologia descrita no tópico 1.4 deste trabalho.

Este capítulo expõe primeiramente o perfil dos alunos pesquisados, seguido da caracterização do nível de conhecimento destes sobre a governança corporativa. Verifica-se, também, a importância da governança corporativa para a Contabilidade conforme a visão dos alunos pesquisados. Por fim, comparam-se a universidade pública pesquisada – UFSC – e as duas particulares – Unisul e Univali – sobre alguns aspectos da governança corporativa.

3.1 PERFIL DOS PESQUISADOS

Neste item é traçado o perfil dos pesquisados. Estes foram analisados a partir da sua idade, de acordo com a universidade em que estão cursando a última fase de graduação em Ciências Contábeis.

Tabela 1: Idade dos alunos pesquisados

Idade dos alunos pesquisados			
	UFSC	Unisul	Univali
Até 25 anos.	26	8	8
Entre 25 e 30 anos	20	3	10
Entre 30 e 35 anos	4	0	1
Entre 35 e 40 anos	1	0	1
Mais de 40 anos	1	1	1
TOTAL	52	12	21

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 1 verifica-se a faixa etária dos pesquisados. Na UFSC, observa-se que a maior parte dos formandos 2007/2 possui até 30 anos de idade, representando 88,5% do total de acadêmicos pesquisados nesta instituição de ensino.

Na Unisul, assim como na UFSC, a maior parte dos estudantes analisados possui até 30 anos de idade, cerca de 91,67% do total examinado nesta universidade.

Dos respondentes do questionário na Univali, a maioria deles, aproximadamente 85,71%, também se encontra na faixa etária até 30 anos de idade.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PESQUISADOS SOBRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com a intenção de averiguar o grau de conhecimento dos formandos 2007/2 das universidades da Grande Florianópolis acerca da governança corporativa, elaboraram-se algumas questões sobre o assunto. Em primeiro lugar, procurou-se saber se os acadêmicos já ouviram falar algo sobre a governança corporativa, conforme se observa na Figura 1.

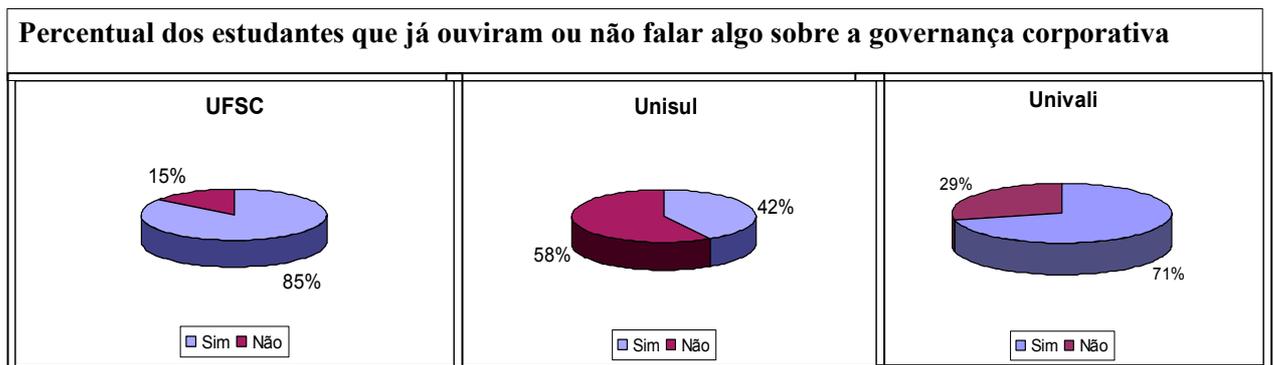


Figura 1: Percentual dos estudantes que já ouviram ou não falar algo sobre a governança corporativa.
Fonte: Dados da pesquisa.

Como evidencia a Figura 1, tanto na UFSC como na Univali a maior parte dos alunos já ouviu falar algo sobre o tema da pesquisa – 85% e 71%, respectivamente. Na Unisul, a maioria dos formandos 2007/2 do curso de Ciências Contábeis – cerca de 58 % – não ouviu falar nada sobre a governança corporativa.

Dos que afirmaram ter ouvido algo sobre a governança corporativa, questionou-se se este conhecimento foi proporcionado por alguma disciplina do curso de Ciências Contábeis. Por meio da Figura 2 é possível examinar as informações obtidas a esse respeito.

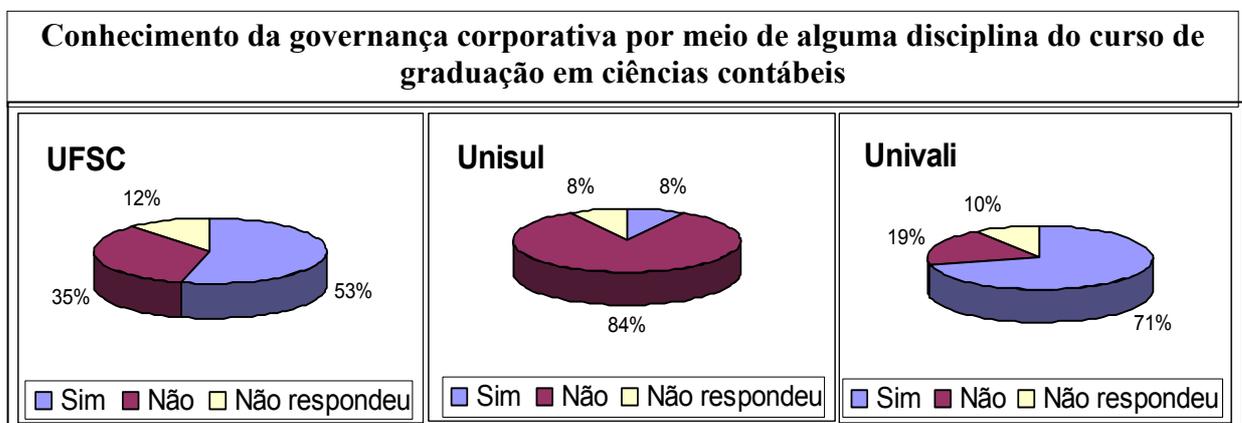


Figura 2: Conhecimento da governança corporativa por meio de alguma disciplina do curso de graduação em Ciências Contábeis.
Fonte: Dados da pesquisa.

Na UFSC, 53% dos estudantes ouviram falar da governança corporativa em alguma disciplina do curso de Ciências Contábeis. Em torno de 35% ouviu falar por qualquer outro meio e 12% não responderam à questão proposta.

Como já constatado que a maioria dos alunos não ouviu falar do tema da pesquisa na Unisul, os que demonstram conhecimento do assunto não o tiveram em alguma disciplina do curso de Ciências Contábeis – cerca de 84%. O percentual de acadêmicos que ouviu falar do tema em alguma cadeira do curso de Ciências Contábeis é o mesmo dos que não responderam à pergunta – 8%.

Examinando os alunos da Univali, percebeu-se que a maioria – 71% – ouviu falar sobre a governança corporativa em alguma disciplina do curso de Ciências Contábeis. Sendo que 19% passaram a conhecer o termo de qualquer outra forma e 10% não respondeu ao questionamento.

Dos pesquisados que já ouviram falar da governança corporativa no curso de graduação em Ciências Contábeis, procurou-se saber em quais disciplinas houve alusão ao tema.

A seguir, por meio da Tabela 2, listam-se as disciplinas oferecidas pela UFSC que abordaram a governança corporativa e a quantidade de referências pelos alunos pesquisados.

Tabela 2: Disciplinas citadas pelos pesquisados na UFSC que falaram da governança corporativa e quantidade de alusões para cada uma

Disciplinas citadas pelos pesquisados na UFSC que falaram da governança corporativa	
Administração Financeira Aplicada a Contabilidade (7ª fase diurno e 9ª fase noturno)	1
Análise das Demonstrações Contábeis (5ª fase diurno e 6ª fase noturno)	2
Auditoria Contábil (7ª fase diurno e 9ª fase noturno)	4
Contabilidade II (2ª fase diurno e noturno)	1
Contabilidade Gerencial (6ª fase diurno e 7ª fase noturno)	3
Contabilidade Pública (8ª fase diurno e 10ª fase noturno)	2
Técnica de Pesquisa em Contabilidade (6ª fase diurno e 8ª fase noturno)	1
Técnicas Orçamentárias e Finanças Públicas (7ª fase diurno e 9ª fase noturno)	1
Teoria da Contabilidade (6ª fase diurno e 5ª fase noturno)	6
Teoria Administrativa (3ª fase diurno e 4ª fase noturno)	1
Tópicos Especiais de Contabilidade - Finanças Pessoais (optativa)	11
Tópicos Especiais de Contabilidade Gerencial (optativa)	5

Fonte: Dados da pesquisa.

Através da Tabela 2, nota-se que a maior parte dos pesquisados ouviu falar da governança corporativa por meio da disciplina optativa Tópicos Especiais de Contabilidade - Finanças Pessoais, obtendo 11 referências. Destacam-se, também: a disciplina obrigatória Teoria da Contabilidade, com 6 menções e a disciplina optativa Tópicos Especiais de Contabilidade Gerencial, com 5 menções.

A seguir, por meio da Tabela 3, listam-se as disciplinas oferecidas pela Unisul que abordaram a governança corporativa e a quantidade de referências pelos alunos pesquisados.

Tabela 3: Disciplinas citadas pelos pesquisados na Unisul que falaram da governança corporativa e quantidade de alusões para cada uma

Disciplinas citadas pelos pesquisados na Unisul que falaram da governança corporativa	
Análise de Investimentos (7ª fase noturno)	1
Contabilidade Comercial II (4ª fase noturno)	1

Fonte: Dados da pesquisa.

As disciplinas presentes na Tabela 3 foram citadas por somente 1 pesquisado da Unisul. Ele descreveu ter ouvido falar da governança corporativa nas disciplinas de Análise de Investimentos e Contabilidade Comercial II.

Na seqüência, através da Tabela 4, listam-se as disciplinas oferecidas pela Univali que abordaram a governança corporativa e a quantidade de alusões pelos alunos pesquisados.

Tabela 4: Disciplinas citadas pelos pesquisados na Univali que falaram da governança corporativa e quantidade de alusões para cada uma

Disciplinas citadas pelos pesquisados na Univali que falaram da governança corporativa	
Contabilidade Aplicada à Gestão Empresarial (7ª fase noturno)	6
Contabilidade Pública (4ª e 5ª fases noturno)	3
Mercado de Capitais (4ª fase noturno)	11

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à Univali, a disciplina Mercado de Capitais, conforme se observa na Tabela 4, obteve o maior número de referências quanto ao fato de ter exposto algo sobre a governança corporativa – 11 menções. Logo após aparece a disciplina Contabilidade Aplicada à Gestão Empresarial com 6 referências. E, Contabilidade Pública obtém 3 alusões.

Após descobrir se os alunos já haviam ouvido falar algo sobre a governança corporativa e se isto se deu através de alguma disciplina do curso de graduação em Ciências Contábeis, buscou-se saber o nível do conhecimento sobre o tema. Assim, os alunos foram questionados a respeito do que se trata a governança corporativa, seus níveis diferenciados segundo a Bovespa, os princípios que a fundamentam, as vantagens e/ou desvantagens para as empresas quanto à sua aderência.

Para averiguar se o acadêmico realmente sabia o significado da expressão “governança corporativa”, em uma pergunta do questionário solicitou-se que o pesquisado assinalasse a opção que julgasse estar correta, dentre 4 alternativas de resposta. O aluno deveria marcar a única alternativa que não continha informações referentes à governança corporativa. O resultado encontrado é notado pela observação da Tabela 5.

Tabela 5: Verificação pelos alunos do que não corresponde ao termo “Governança Corporativa”

Verificação pelos alunos do que NÃO corresponde ao termo “Governança Corporativa”:			
	UFSC	Unisul	Univali
a. “[...]é um sistema pelo qual as companhias são dirigidas e controladas” (CADBURY REPORT 1992, P. 14).	30,8%	33,3%	19,0%
b. Sua boa prática têm a intenção de aumentar o valor da companhia, facilitar seu acesso ao capital e colaborar para sua perenidade (IBGC, 2005).	19,2%	0,0%	0,0%
c. É o processo dinâmico de alocação de recursos compatibilizando as oportunidades de mercado, os objetivos e as capacidades da organização (MERKATUS, 2004).	36,5%	25,0%	19,0%
d. “[...]envolve um conjunto de relações entre a gestão da empresa, o seu órgão de administração, os seus acionistas e outros agentes com interesses relevantes” (OCDE 2004, p. 11).	7,7%	16,7%	38,1%
* Não respondeu	5,8%	25,0%	23,9%

Fonte: Dados da pesquisa.

Das opções de resposta apresentadas aos estudantes das três universidades analisadas, com base na Tabela 5, as alternativas *a*, *b* e *d* possuem conceitos corretos a respeito do tema da pesquisa. A opção de resposta *c*, ao contrário, explica o que é o planejamento estratégico.

Embora grande parte dos estudantes tenha afirmado já ter ouvido falar da governança corporativa, dentre as três universidades, é notável que o conhecimento que eles dispõem do assunto é superficial.

Segundo a Tabela 5, a maioria dos alunos pesquisados na UFSC – aproximadamente 36,5% – acertou a resposta correta da pergunta. No entanto, também um número considerável de estudantes – cerca de 30,8% deles –, julgou que a alternativa *a* era a correta.

Com relação à Unisul, a maior parte dos estudantes pesquisados – em torno de 33,3% –, marcou a opção *a* como sendo a resposta correta ao questionamento proposto. A quantidade dos que marcaram a opção *c* – resposta certa da pergunta feita – e dos que não responderam esta questão são 25%, cada, dos formandos 2007/2 desta universidade.

Na pesquisa realizada na Univali, a maioria dos pesquisados – por volta de 38,1% – julgou a opção *d* como resposta certa à pergunta feita. A alternativa de letra *c* – proposição correta da questão – apresentou preferência de 19% dos alunos. Um número considerável de estudantes não respondeu, cerca de 23,9% dos pesquisados nesta universidade,.

Buscou-se, ainda, saber se os formandos 2007/2, das três universidades avaliadas, conhecem os níveis de governança corporativa que a Bovespa implantou em 2001. As empresas que possuem ações negociáveis na Bovespa e que aderem a um dos três níveis por ela sugeridos, têm demonstrado, entre outras características, maior transparência. Os investidores, cada vez mais, procuram aplicar seus capitais em empresas mais transparentes e, principalmente, que adotam a governança corporativa (LAMEIRA, 2001).

Deste modo, os alunos foram questionados a respeito de quais são os três níveis diferenciados de adesão à governança corporativa que a Bovespa oferece. De cinco opções de

resposta, apenas uma apresenta corretamente os três níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa, quais sejam: nível 1, nível 2 e novo mercado. O resultado obtido na UFSC, Unisul e Univali, sobre este aspecto, é evidenciado na Tabela 3 a seguir.

Tabela 6: Avaliação do conhecimento, por parte dos formandos 2007/2 da UFSC, Unisul e Univali, sobre os três níveis diferenciados de governança corporativa implantados pela Bovespa em 2001.

Avaliação do conhecimento sobre os três níveis diferenciados de governança corporativa implantados pela Bovespa em 2001.						
	UFSC		Unisul		Univali	
a. nível A, nível B, mercado futuro.	1	2,0%	1	8,4%	1	4,8%
b. nível 1, nível 2, novo mercado.	27	52,0%	0	0,0%	8	38,1%
c. nível A, nível B, novo mercado.	5	9,6%	0	0,0%	5	23,8%
d. nível 1, nível 2, mercado futuro.	10	19,2%	2	16,6%	0	0,0%
e. nenhuma das alternativas anteriores está correta.	6	11,5%	5	41,6%	2	9,5%
* Não respondeu	3	5,7%	4	33,4%	5	23,8%
TOTAL	52	100%	12	100%	21	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode se visualizar na Tabela 6, pouco mais da metade dos formandos 2007/2 da UFSC, cerca de 52%, sabem quais são os três níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa, pois assinalaram a opção correta: nível 1, nível 2 e novo mercado.

Na Unisul, como pode se visualizar na Tabela 6, nenhum estudante assinalou a opção correta: nível 1, nível 2 e novo mercado. A maioria dos pesquisados, em torno de 41,6%, julgou que nenhuma das alternativas apresentadas das letras *a* até *d* era correta.

Dentre os formandos 2007/2 da Univali, conforme a Tabela 6, a maior parte deles, cerca de 38,1%, marcou a resposta correta: nível 1, nível 2 e novo mercado.

Sobre os princípios que regem a governança corporativa, conforme IBGC (2004), estes são quatro: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Com o intuito de identificar se os formandos 2007/2 conhecem estes princípios, foi-lhes apresentada uma questão em que apenas uma das opções de resposta possui dois dos quatro princípios da governança corporativa. Por meio da Tabela 7, a seguir, examinam-se as proposições assinaladas, possibilitando visualizar o nível de acertos.

Tabela 7: Identificação do conhecimento sobre os princípios de governança corporativa pelos pesquisados

Identificação do conhecimento sobre os princípios de governança corporativa pelos pesquisados						
	UFSC		Unisul		Univali	
a. gestão e responsabilidade monopolizada; prestação de contas.	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
b. valorização dos acionistas com maior número de ações; transparência.	5	9,6%	2	16,7%	0	0,0%
c. obrigatoriedade de emissão de somente ações ordinárias; ausência de conselho administrativo.	2	3,8%	0	0,0%	3	14,3%
d. responsabilidade corporativa; equidade.	34	65,4%	3	25,0%	10	47,6%
e. todas as alternativas anteriores estão corretas.	7	13,5%	3	25,0%	3	14,3%
* Não respondeu	4	7,7%	4	33,3%	5	23,8%
TOTAL	52	100%	12	100%	21	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Tabela 7, a maioria dos pesquisados na UFSC, aproximadamente 65,4%, identificou corretamente dois dos princípios da governança corporativa que constam na alternativa *d*: responsabilidade corporativa e equidade.

Avaliando-se os formandos 2007/2 da Unisul, com base na Tabela 7, verificou-se que a maior parte deles, aproximadamente 33,3%, não respondeu a esta pergunta. A alternativa correta *d*: responsabilidade corporativa obteve a preferência de 25% dos pesquisados nesta instituição de ensino.

Com relação à Univali, ao se observar a Tabela 7, percebe-se que a maior parte dos acadêmicos da última fase de graduação em Ciências Contábeis, 47,6% deles, identificou corretamente dois dos princípios da governança corporativa que constam na alternativa *d*: responsabilidade corporativa e equidade.

Conforme IBGC (2005), muitas são as vantagens apresentadas às empresas que aderem à governança corporativa, dentre elas: a empresa é mais bem vista no mercado, sendo mais competitiva e; atraem-se novos investimentos, até mesmo estrangeiros. Com base nesta afirmação, procurou-se conhecer quantos dos pesquisados concordam com estes dizeres, acreditando haver vantagens para as empresas a implementação da governança corporativa. A Figura 3 demonstra as opiniões colhidas.

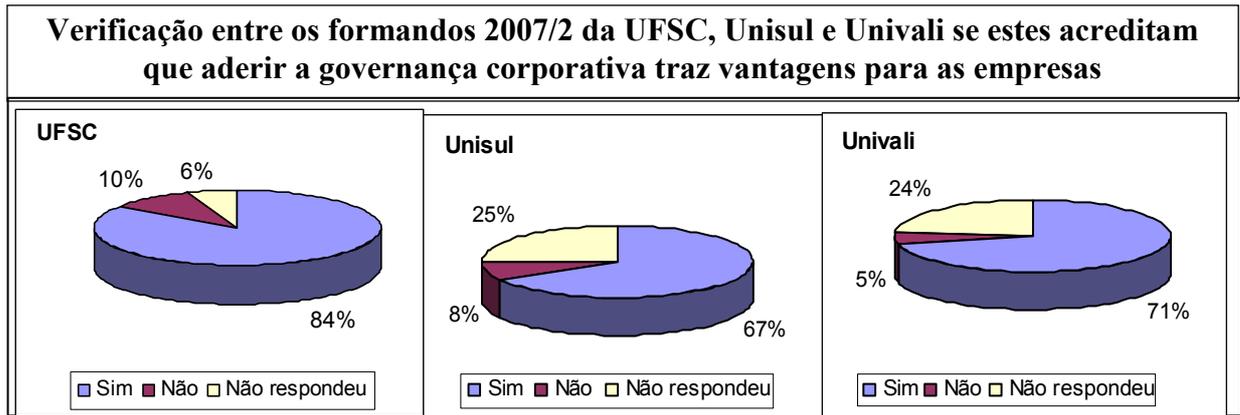


Figura 3: Verificação entre os formandos 2007/2 da UFSC, Unisul e Univali se estes acreditam que aderir a governança corporativa traz vantagens para as empresas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se analisa na Figura 3, a maior parte dos formandos 2007/2 do curso de Ciências Contábeis das três universidades pesquisadas acredita que aderir à governança corporativa traz vantagens para as empresas.

Conforme a Figura 3, cerca de 84% dos pesquisados na UFSC crêem que a governança corporativa traz benefícios para as empresas. Na Unisul e na Univali, os percentuais dos que concordam com a afirmação são de, respectivamente, 67% e 71% dos pesquisados.

Após a verificação entre os formandos 2007/2 se a aderência à governança corporativa traz vantagens para as empresas, solicitou-se que justificassem a posição demonstrada, favorável ou não. Dentre as diversas justificativas, buscou-se sintetizar as opiniões dos acadêmicos das três universidades em palavras-chave. Por meio do Quadro 3 notam-se os termos mais mencionados na pesquisa.

<p style="text-align: center;">AGREGAÇÃO DE VALOR (12 referências)</p>	<p>*UFSC (8 menções) – “Com a governança corporativa as empresas se tornam mais competitivas e abrem-se portas para o mercado.” *Unisul (Não houve menção ao termo). *Univali (4 menções) – “[...] pelo fato de haver um alto nível de desenvolvimento da organização.”</p>
<p style="text-align: center;">EQÜIDADE E MELHOR GESTÃO (4 referências)</p>	<p>*UFSC (4 menções) – “[...] participação dos funcionários, dos acionistas nas empresas, ajudando a tomar decisões, isto é, a empresa valorizar as idéias destes.” *Unisul (Não houve menção ao termo). *Univali (Não houve menção ao termo).</p>
<p style="text-align: center;">FUNÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA (7 referências)</p>	<p>*UFSC (3 menções) – “A governança corporativa proporciona um leque de novas oportunidades para as empresas que a aderem.” *Unisul (3 menções) – “[...] a empresa terá outra visão para o futuro.” *Univali (1 menção) – “A afirmativa diz o que é a governança corporativa.”</p>
<p style="text-align: center;">RESPONSABILIDADE CORPORATIVA/ SOCIAL E CONFIANÇA DOS INVESTIDORES (7 referências)</p>	<p>*UFSC (6 menções) – “Já que a empresa que adere aos níveis de governança deve se submeter a diversas normas, isso passa aos acionistas maior credibilidade quanto à organização.” *Unisul (Não houve menção ao termo). *Univali (1 menção) – “Pode melhorar a economia no país.”</p>
<p style="text-align: center;">TRANSPARÊNCIA (15 referências)</p>	<p>*UFSC (10 menções) – “Pois com a empresa mais transparente ela atrai mais os investidores, ela se torna mais atrativa.” *Unisul (Não houve menção ao termo). *Univali (5 menções) – “Com a governança corporativa há maior transparência e participação.”</p>

Quadro 3: Termos mais aludidos pelos pesquisados para justificar os benefícios proporcionados com a governança corporativa

Fonte: Dados da pesquisa.

Observando o Quadro 3 verifica-se que a maior parte dos pesquisados nas três universidades – 15 deles – vê a transparência como um dos aspectos mais relevantes na aderência à governança corporativa pelas organizações. Verifica-se também que 12 dos formandos 2007/2 de todas as universidades examinadas acreditam que a governança corporativa promove a agregação de valor nas instituições.

Por meio do Quadro 3 percebe-se também as poucas referências ao tema em estudo por parte dos alunos da Unisul. Isto pode ser enfatizado pelo fato desta instituição de ensino ter apresentado a menor quantidade de estudantes pesquisados e por estes terem demonstrado anteriormente conhecimento vago do assunto.

Não consta no Quadro 3, mas uma quantidade relevante do total de pesquisados nas três universidades – 39 de 85 pesquisados na UFSC, Unisul e Univali – não responderam ao questionamento proposto.

Após analisar as vantagens da governança corporativa na visão dos alunos, procurou-se saber se os mesmos acreditam haver desvantagens na sua implementação. Assim, a Figura 4 evidencia as opiniões coletadas.

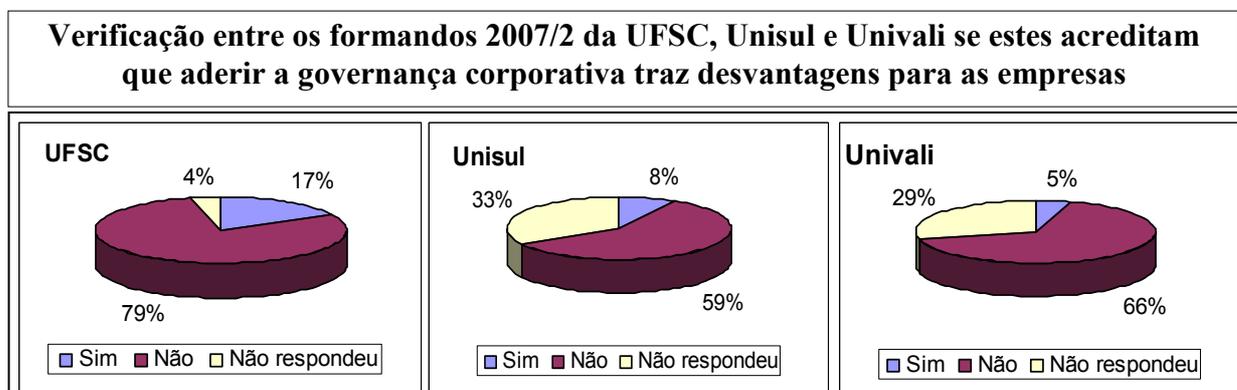


Figura 4: Verificação entre os formandos 2007/2 da UFSC, Unisul e Univali se estes acreditam que aderir a governança corporativa traz desvantagens para as empresas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelo exame da Figura 4, nota-se que a maioria do total de 85 estudantes avaliados nas três universidades da Grande Florianópolis entende não haver desvantagens quanto à aderência da governança corporativa pelas organizações. Isto condiz com a opinião mostrada por 79% dos acadêmicos pesquisados na UFSC, 59% dos da Unisul e 66% dos alunos analisados na Univali.

Nas universidades particulares, Unisul e Univali, o índice de não respondentes a esta questão se apresentou elevado, 33% e 29%, respectivamente, como se nota na Figura 4. Este fato pode caracterizar o pouco conhecimento demonstrado do assunto em pesquisa. Dos que preferiram não responder a esta pergunta na UFSC, aparecem cerca de 4% dos pesquisados.

Da mesma maneira que anteriormente se solicitou a justificativa da opinião quanto aos benefícios para as empresas da aderência à governança corporativa, o mesmo se fez com relação às desvantagens.

As idéias coletadas sobre as desvantagens foram semelhantes às justificativas a respeito das vantagens. Por isso, entende-se que se faz mais pertinente destacar pontos diferentes dos já mencionados. Assim, transcrevem-se a seguir algumas frases dos alunos pesquisados nas três universidades da Grande Florianópolis que vêm características negativas com a implementação da governança corporativa:

- “Qualquer implementação é problemática.”

- “Em relação à implementação propriamente dita, como em qualquer nova metodologia acerca de mudança organizacional, apresentam-se desvantagens de custo x benefício, cultura empresarial, filosofia, entre outros.”
- “[...] questionável grau de competência dos gestores.”
- “Tudo tem vantagens e desvantagens.”
- “Pois nem todas as normas podem ser boas para as organizações.”
- “[...] resistência das empresas para a mudança.”
- “A implementação de uma nova gestão traz uma série de mudanças e quebra de paradigmas para as empresas.”

Depois de todas as descrições e comentários já feitos, busca-se a partir de agora verificar a relação, percebida pelos formandos 2007/2 do curso de graduação de Ciências Contábeis das universidades da Grande Florianópolis, entre a governança corporativa e a Contabilidade.

3.3 VERIFICAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA A CONTABILIDADE CONFORME A VISÃO DOS PESQUISADOS

Com base na Tabela 8 é possível se averiguar o grau de importância que os pesquisados atribuem à governança corporativa para a Contabilidade.

Tabela 8: Grau de importância atribuída à governança corporativa para a Contabilidade segundo a visão dos pesquisados

Grau de importância atribuída à Governança Corporativa para a Contabilidade						
	UFSC		Unisul		Univali	
Muito Importante	13	25,0%	2	16,7%	6	28,6%
Importante	26	50,0%	1	8,3%	8	38,0%
Razoavelmente Importante	9	17,3%	4	33,3%	1	4,8%
Pouco Importante	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Nenhuma Importância	1	1,9%	2	16,7%	0	0,0%
* Não respondeu	3	5,8%	3	25,0%	6	28,6%
TOTAL	52	100%	12	100%	21	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os dados contidos na Tabela 8, a maioria dos formandos 2007/2 do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFSC – 50% –, julga importante a governança corporativa para a Contabilidade e outros 25% consideram-na muito importante.

Com relação a Unisul, observando a Tabela 8, a maior parte de seus estudantes na última fase do curso de Ciências Contábeis – 33,3% –, vê a governança corporativa como

razoavelmente importante para a Contabilidade. Os que julgam muito importante e os que não observam importância alguma apresentam a preferência de 16,7% cada. Cerca de 25% dos analisados nesta universidade preferiu não responder à questão.

Quanto a Univali, como se verifica na Tabela 8, a maior parte dos pesquisados – 38% – diz ser a governança corporativa importante para a Contabilidade. O número de não respondentes foi o mesmo dos que conferem muita importância à governança corporativa para a Contabilidade – 28,6% cada.

Após identificado o grau de importância da governança corporativa para a Contabilidade pelos pesquisados, investigou-se quais os motivos que estes possuem para formularem sua opinião sobre o assunto. Desta maneira, solicitou-se que justificassem o grau de importância que atribuíram à governança corporativa para a Contabilidade. Conforme cada nível de relevância, a seguir são transcritas algumas justificativas dos pesquisados.

- *Muito Importante* – “Uma vez que o contador pode estar colaborando na elaboração dos componentes da transparência.”
- *Importante* – “Importante quanto à responsabilidade das demonstrações financeiras geradas, relatórios contábil-financeiros, entre outros.”
- *Razoavelmente Importante* – “Pois se restringe a uma parte da Contabilidade. Está intimamente ligada à área de gestão, estratégia e administração corporativa.”
- *Pouco Importante* – (nenhuma menção).
- *Nenhuma Importância* – “Como nunca ouvi falar do assunto, acredito que não tenha importância alguma, já que não foi apresentado em nenhuma disciplina do curso de graduação em Ciências Contábeis.”

3.4 COMPARAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA PESQUISADA – UFSC – E AS DUAS PARTICULARES – UNISUL E UNIVALI – SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Depois de avaliados aspectos isolados em cada universidade examinada, faz-se uma comparação entre o ensino universitário público e o particular.

Tabela 9: Comparação entre a universidade pública – UFSC – e as universidades particulares – Unisul e Univali avaliando se os pesquisados conhecem ou já ouviram falar algo sobre a Governança Corporativa

Número de pesquisados que conhece ou já ouviu falar algo sobre a Governança Corporativa				
	PÚBLICA		PARTICULARES	
Sim	44	84,6%	20	60,6%
Não	8	15,4%	13	39,4%
TOTAL	52	100%	33	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao fato de já ter ouvido falar da governança corporativa, percebe-se que tanto no ensino universitário público como no particular a maioria dos pesquisados já ouviu falar do assunto. Conforme a Tabela 9, dos analisados na universidade pública – UFSC – 44 de um total de 52 alunos, cerca de 84,6%, demonstraram conhecer o assunto, enquanto no ensino particular – Unisul e Univali – foram 20 de um total de 33 pesquisados, aproximadamente 60,6%.

Um aspecto interessante para se verificar é que, embora a maior parte dos formandos 2007/2 investigados conheça sobre o tema da pesquisa, esse saber, por boa parte deles, não foi obtido por meio de alguma disciplina do curso de Ciências Contábeis, como pode se averiguar na Tabela 10.

Tabela 10: Conhecimento pelos pesquisados na universidade pública e nas particulares acerca da governança corporativa por meio de alguma(s) disciplina(s) no seu curso de graduação em Ciências Contábeis

Conhecimento da governança corporativa por meio de alguma(s) disciplina(s) no curso de graduação em Ciências Contábeis				
	PÚBLICA		PARTICULARES	
Sim	28	53,9%	16	48,5%
Não	18	34,6%	14	42,4%
Não respondeu	6	11,5%	3	9,1%
TOTAL	52	100%	33	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo dados contidos na Tabela 10, aproximadamente 53,9% dos estudantes da única universidade pública analisada, afirmaram que as disciplinas de seu curso de graduação em Ciências Contábeis mencionaram algo sobre a governança corporativa, enquanto nas universidades particulares foram cerca de 48,5% dos pesquisados. Dos que conheceram sobre o tema de outra maneira, no ensino universitário público foram aproximadamente 34,6% e no particular foram 42,4%. Percebe-se que um número considerável do total de avaliados não ouviu falar da governança corporativa através de alguma disciplina do seu curso de graduação em Ciências Contábeis.

Contudo, examinando aqueles que conheceram a governança corporativa por meio do seu curso de graduação em Ciências Contábeis, pediu-se que dissessem a(s) disciplina(s) que abordou/abordaram o assunto. Os alunos da universidade pública mencionaram 15 disciplinas, tanto obrigatórias como optativas, e os das universidades particulares, somados, fizeram menção a 6 disciplinas. Verifica-se, assim, que os alunos do ensino universitário público mencionaram maior quantidade de disciplinas que tenham abordado a governança corporativa em relação aos pesquisados nas universidades privadas.

Merece destaque a percepção de relevância da governança corporativa para a Contabilidade pela visão dos pesquisados na universidade pública e nas particulares, como se pode notar por meio da Tabela 11.

Tabela 11: Comparação entre os formandos 2007/2 do curso de graduação em Ciências Contábeis da universidade pública – UFSC – e as universidades particulares – Unisul e Univali quanto ao grau de importância atribuída à Governança Corporativa para a Contabilidade

Importância da Governança Corporativa para a Contabilidade	PÚBLICA		PARTICULARES	
Muito importante	13	25,0%	8	24,2%
Importante	26	50,0%	9	27,3%
Razoavelmente Importante	9	17,3%	5	15,1%
Pouco Importante	0	0,0%	0	0,0%
Nenhuma Importância	1	1,9%	2	6,1%
* Não respondeu	3	5,8%	9	27,3%
TOTAL	52	100%	33	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a Tabela 11, são poucos os estudantes, tanto na universidade pública como nas privadas, que julgam a governança corporativa pouco importante ou de nenhuma importância para a Contabilidade. Na universidade pública e nas particulares, a maior parte das opiniões analisadas mostra ser importante e muito importante a governança corporativa para a Contabilidade, totalizando 75% dos estudantes no ensino público e 51,5% dos alunos no ensino privado. Destaca-se a quantidade significativa dos acadêmicos nas universidades particulares que não responderam à questão proposta – 27,3% do total pesquisado.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Neste capítulo são expressas as conclusões da pesquisa realizada. Além disso, são oferecidas recomendações consideradas pertinentes para futuros estudos sobre o tema, principalmente em função das limitações deste trabalho.

4.1 CONCLUSÕES

A governança corporativa, nestas últimas décadas, vem assumindo elevada importância, especialmente no mundo empresarial, pois organizações que a aderem têm obtido maior valorização de suas ações. Também para a Contabilidade, a governança tem enfatizado a elevada transparência e a devida prestação de contas (SIMÕES, 2003; LAMEIRA, 2001).

A realização desta pesquisa teve como objetivo geral identificar, entre os acadêmicos de Ciências Contábeis da última fase do curso de graduação das universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis, o conhecimento e o valor que demonstram acerca da governança corporativa e o tipo de ligação desta com a Contabilidade. Cabe ressaltar, contudo, que, por se tratar de um estudo descritivo, não se pretendia concluir sobre o fenômeno investigado, mas sim, fazer inferências, a partir da análise dos dados coletados junto aos pesquisados, possibilitando futuros estudos sobre a governança corporativa.

Desta maneira, quanto à pergunta central desta pesquisa: *Qual a percepção dos alunos de Ciências Contábeis, da última fase do curso de graduação das universidades públicas e particulares da região da Grande Florianópolis, sobre a governança corporativa?*, esta foi respondida na medida em que se alcançava cada objetivo específico.

Conforme o problema de estudo, formularam-se seis objetivos específicos de pesquisa. O primeiro deles foi contextualizar aspectos gerais sobre a governança corporativa disponíveis na literatura, bem como apresentar seus princípios e sua devida importância. Diante do resultado da pesquisa, pôde-se verificar que a governança corporativa é bastante importante para o sucesso e, conseqüente perenidade das instituições. Seguir seus princípios tem proporcionado agregação de valor para muitas empresas.

O segundo objetivo do estudo era expor os níveis de governança da Bovespa e os requisitos para a adesão das empresas em cada um deles. Percebeu-se que com a implantação

dos níveis diferenciados de governança pela Bovespa, aumentou a confiança dos investidores tanto nacionais como estrangeiros no mercado acionário brasileiro.

O terceiro objetivo da pesquisa era identificar as universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis, e caracterizar seus respectivos alunos da última fase do curso de Ciências Contábeis. Com o levantamento descobriu-se que seriam três universidades a serem pesquisadas: UFSC, Unisul e Univali, abrangendo 85 alunos ao todo.

O quarto objetivo deste trabalho era verificar o nível de informação e a importância que os estudantes prestes a obter grau de bacharel em Ciências Contábeis das universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis atribuem ao tema governança corporativa. Com o estudo, verificou-se que apesar de muitos dos pesquisados terem ouvido falar da governança corporativa, a maioria deles tem conhecimento superficial do assunto. No entanto, os que realmente sabem do tema o julgam importante.

O quinto objetivo da pesquisa era analisar a relação existente entre a governança corporativa e a Contabilidade, na percepção dos alunos. Como resultado do estudo, observou-se que grande parte dos formandos 2007/2 do curso de graduação em Ciências Contábeis das universidades da Grande Florianópolis percebe ser importante a governança corporativa para a Contabilidade, sendo que proporcionar elevado grau de transparência foi o quesito mais lembrado pelos pesquisados.

O sexto e último objetivo era comparar o conhecimento sobre a governança entre os estudantes de Ciências Contábeis da última fase do curso de graduação nas universidades públicas e particulares da Grande Florianópolis. Analisou-se com este trabalho que os alunos do ensino universitário público mencionaram maior quantidade de disciplinas que tenham abordado a governança corporativa em relação aos pesquisados nas universidades privadas.

Assim, conclui-se que o ensino mais aprofundado da governança corporativa nas universidades, especialmente da Grande Florianópolis, mostra-se importante aos futuros profissionais da Contabilidade, pois se a governança é uma maneira de auxiliar na perenidade das organizações, o contador deve conhecê-la e também procurar outros métodos para ajudar seus clientes, sendo que a maioria deles geralmente é empresário.

4.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Frente às limitações desta pesquisa, como a restrição da amostra que utilizou apenas universidades, localizadas na Grande Florianópolis, e restringiu-se somente aos formandos 2007/2, sugere-se para futuros trabalhos:

- Ampliar a pesquisa incluindo as faculdades que ofertam o curso de graduação em Ciências Contábeis no Estado de Santa Catarina;
- Dar continuidade à pesquisa nos próximos semestres visando a evolução da percepção dos graduandos em Ciências Contábeis quanto ao tema contemporâneo governança corporativa;
- Estender a pesquisa a estudantes de outros municípios catarinenses, com vistas a identificar possíveis similaridades e divergências quanto à percepção sobre governança corporativa entre eles.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro. Governança Corporativa no Brasil. In: WORKSHOP IBMEC-PETROBRÁS, 2-3 dez. 2002, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** CD ROM.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** São Paulo: Atlas, 2004.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. p. 76-97. In: Beuren, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BOVESPA. **Níveis diferenciados de governança.** Maio/2002. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em 26 ago. 2007.

BOVESPA. **Novo Mercado.** Maio/2002. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em 26 ago. 2007.

BOVESPA. **Companhias listadas nos níveis diferenciados.** 2007. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em 10 nov. 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito comercial.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 2.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Recomendações da CVM sobre governança corporativa.** jun. 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 12 set. 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo: Atlas, 1993.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico: teoria e prática.** São Paulo: Haper & How do Brasil, 1979.

GALLON, A. Vasconcelos. **Evidenciação contábil nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRÜN, Roberto. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v. 18, nº52, p. 139-161, jun. 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 2004. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em 12 set. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança Corporativa no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em 12 set. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Últimas notícias**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em 19 set. 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade Introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. **Governança corporativa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

LODI, João Bosco. **Governança Corporativa: o governo da empresa e o conselho de administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOPES, Hilton de Araújo. Os escândalos financeiros e os mecanismos de controle. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano XXXIV, n. 153, p. 33-48, maio/jun. 2005.

LOREA, Eduardo; GRACIANI, Marcos. Obras do descaso. **Revista Amanhã**. São Paulo, ano 21, n. 229, p. 47-52, mar. 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTIN, Nilton Cano. **Dos Fundamentos da Informação Contábil de Controle**. 212 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Curso de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MCMANUS, Kieran; CLARK Ivan M. **Vantagens em implementar já as normas internacionais de contabilidade: o caso brasileiro**. 2003. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>> Acesso em 12 out. 2007.

OLIVEIRA, Marcelle Colares et al. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2004. CD ROM.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Os princípios da OCDE sobre o governo das sociedades**. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org.br>>. Acesso em 10 out. 2007.

PETROS. **Manual de Investimentos**. 2006. Disponível em: <<http://www.petros.com.br>>. Acesso em 25 set. 2007.

PETROS, A. **Petros**. 2007. Disponível em: <<http://www.petros.com.br>>. Acesso em 25 set. 2007.

POUND, John et al. **Experiências de governança corporativa**. Harvard Business Review; tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, v. LII, n. 2, p. 737-783, June 1997.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda Fernandes; ABREU, Robson Lopes. Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CD ROM.

SILVEIRA, A. D. M. da; FAMÁ, R.; BARROS, L. A. B. de C. **Estrutura de Governança Corporativa e desempenho financeiro nas companhias abertas brasileiras: um estudo empírico**. VI SEMEAD, FEA USP, 2002. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/semead/6semead/financas.htm>> Acesso em 20 set. 2007.

SIMÕES, Paulo Cesar Gonçalves. **Governança corporativa e o exercício do voto nas S.A.**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003.

SOUZA, Thelma de Mesquita Garcia e. **Governança corporativa e o conflito de interesses nas sociedades anônimas**. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Marcos Roberto de; LIMA, Daniel Gustavo Viegas de. Relatório da administração, um estudo da sua apresentação como elemento de evidenciação. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2004. CD ROM.

STEINBERG, Herbert. et al. **A dimensão humana da governança corporativa: pessoas criam as melhores e as piores práticas**. 2. ed. São Paulo: Editora Gente, 2003.

TAPSCOTT, Don; TICOLL, David. **A empresa transparente**. São Paulo: Makron Books, 2005.

WILSON, Gregory.; NEWELL, Roberto E.; CAMPOS, Carlos E. Corporate governance in emerging markets: shareholders in emerging markets show they're willing to pay a premium for good governance standards. **McKinsey on Finance**, Washington D.C., Winter, 2002. Disponível em: <http://www.corporatefinance.mckinsey.com/_downloads/knowledge/mof/2002_no3/3corporate_govern.pdf>. Acesso em: 24 out. 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE - Questionário

QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua idade?
 até 25 anos.
 entre 25 e 30 anos.
 entre 30 e 35 anos.
 entre 35 e 40 anos.
 mais de 40 anos.

2. Você conhece ou já ouviu falar algo sobre a Governança Corporativa?
 sim
 não

3. Se a resposta à pergunta anterior foi afirmativa, esse conhecimento se deu por meio de alguma(s) disciplina(s) no seu curso de Ciências Contábeis?
 sim
 não

4. Se a resposta à pergunta anterior foi afirmativa, qual(is) a(s) disciplina(s) no seu curso de Ciências Contábeis tratou/trataram deste assunto?
R:

5. Assinale a única alternativa que NÃO corresponde ao termo “Governança Corporativa”:
a. “[...]é um sistema pelo qual as companhias são dirigidas e controladas”(Cadbury Report 1992, p. 14).
b. Sua boa prática têm a intenção de aumentar o valor da companhia, facilitar seu acesso ao capital e colaborar para sua perenidade”(IBGC, 2005).
c. “[...]é o processo dinâmico de alocação de recursos compatibilizando as oportunidades de mercado, os objetivos e as capacidades da organização”(Merkatus, 2004).
d. “[...]envolve um conjunto de relações entre a gestão da empresa, o seu órgão de administração, os seus acionistas e outros agentes com interesses relevantes”(OCDE 2004, p. 11).

6. No Brasil, desde 2001, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) instituiu níveis diferenciados de governança corporativa. Conforme a opção de adesão a um desses níveis, as empresas têm de estarem dispostas a, além de outras práticas, fornecer informações adicionais ao mercado, além das exigidas por lei. Assinale os três níveis de governança corporativa:
 a. nível A, nível B, mercado futuro.
 b. nível 1, nível 2, novo mercado.
 c. nível A, nível B, novo mercado.
 d. nível 1, nível 2, mercado futuro.
 e. nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.

7. Assinale a única alternativa que apresenta alguns dos Princípios de Governança Corporativa:
 a. gestão e responsabilidade monopolizada; prestação de contas.

- b. valorização dos acionistas com maior número de ações; transparência.
- c. obrigatoriedade de emissão de somente ações ordinárias; ausência de conselho administrativo.
- d. responsabilidade corporativa; equidade.
- e. todas as alternativas anteriores estão corretas.

8. Muitas são as vantagens apresentadas às empresas que aderem a governança corporativa, dentre elas: a empresa é mais bem vista no mercado, sendo mais competitiva e; atraem-se novos investimentos, até mesmo estrangeiros. Você concorda com esta afirmação?

- sim
- não

9. Justifique a alternativa assinalada anteriormente.

R:

10. Você acredita haver desvantagem(s) na implementação da governança corporativa nas organizações?

- sim
- não

11. Justifique a alternativa assinalada anteriormente.

R:

12. Qual o grau de importância que você atribui à Governança Corporativa para a Contabilidade?

- a. Muito Importante.
- b. Importante.
- c. Razoavelmente Importante.
- d. Pouco Importante.
- e. Nenhuma Importância.

13. Justifique a alternativa assinalada anteriormente.

R: